

**SUPERINTENDÊNCIA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE ESTUDO E ENSINO SUPERIOR DA POLÍCIA MILITAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**O POLICIAMENTO ESCOLAR COMO FATOR DE IMPLEMENTAÇÃO DA
FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO.**

**MESSIAS LOPES DA CONCEIÇÃO JÚNIOR – MAJ QOPM
JEFFERSON FERNANDES GADELHA – MAJ QOPM**

GOIÂNIA, 2003

**SUPERINTENDÊNCIA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE ESTUDO E ENSINO SUPERIOR DA POLÍCIA MILITAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**O POLICIAMENTO ESCOLAR COMO FATOR DE IMPLEMENTAÇÃO DA
FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO.**

**MESSIAS LOPES DA CONCEIÇÃO JÚNIOR – MAJ QOPM
JEFFERSON FERNANDES GADELHA – MAJ QOPM**

*Trabalho técnico-científico apresentado
ao Centro de Estudo e Ensino Superior
da Polícia Militar de Goiás, como
requisito parcial para conclusão do
Curso de Especialização em
Gerenciamento de Segurança Pública
(CEGESP).*

GOIÂNIA, 2003

FOLHA DE APROVAÇÃO

O POLICIAMENTO ESCOLAR COMO FATOR DE IMPLEMENTAÇÃO DA FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO.

1 ORIENTADORA METODOLÓGICA

1ª Sessão – assunto(s) orientado(s)

Projeto de Pesquisa “O policiamento escolar como fator de implementação da filosofia de polícia comunitária no município de Palmas-TO”. Análise da seqüência e coerência das etapas do Projeto.

Data 4 / 6 / 2003

Ass _____

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

2ª Sessão – assunto(s) orientado(s)

Monografia: “O policiamento escolar como fator de implementação da filosofia de polícia comunitária no município de Palmas-TO”. Análise do texto no seu todo: introdução, desenvolvimento e conclusão. Estudo da pertinência, coerência e objetividade.

Data 7 / 7 / 2003

Ass _____

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

3ª Sessão – assunto(s) orientado(s)

Monografia: “O policiamento escolar como fator de implementação da filosofia de polícia comunitária no município de Palmas-TO”. Leitura crítica e revisão dos procedimentos de normalização técnico-científica.

Data 10 / 7 / 2003

Ass _____

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

4ª Sessão – assunto(s) orientado(s)

Monografia: “O policiamento escolar como fator de implementação da filosofia de polícia comunitária no município de Palmas-TO”. Revisão final. Adequação da normalização técnico-científica.

Data 14 / 7 / 2003

Ass _____

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

Parecer final da Orientadora Metodológica

A presente monografia, quanto aos procedimentos metodológicos, poderá ser encaminhada para avaliação final.

Data / /

Ass _____

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

FOLHA DE APROVAÇÃO

O POLICIAMENTO ESCOLAR COMO FATOR DE IMPLEMENTAÇÃO DA FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO

2. ORIENTADOR DE CONTEÚDO

1ª Sessão – assunto(s) orientado(s):

Avaliação do Projeto de Pesquisa, revisão de literatura, definição de tópicos prioritários para abordagem e montagem da estratégia para desenvolvimento do trabalho.

Data ____ / ____ / ____

Ass: _____

Eurípedes Barsanulfo Lima - Cel PMGO

2ª Sessão – assunto(s) orientado(s):

Checagem do conteúdo e análise da estrutura e desenvolvimento do trabalho. Discussão sobre a amostra, o instrumento para coleta de dados e os critérios para realização da pesquisa de campo.

Data ____ / ____ / ____

Ass: _____

Eurípedes Barsanulfo Lima - Cel PMGO

3ª Sessão – assunto(s) orientado(s):

Estudo qualitativo dos resultados apresentados pela pesquisa. Revisão final do conteúdo: introdução, desenvolvimento e conclusão. Análise da pertinência, coerência e objetividade no tratamento do tema.

Data ____ / ____ / ____

Ass: _____

Eurípedes Barsanulfo Lima - Cel PMGO

Parecer final do Orientador de Conteúdo:

O presente trabalho técnico-científico, quanto ao conteúdo, está em condições de ser encaminhado para avaliação, vez que o tema abordado foi explorado de forma clara e inteligível.

Data ____ / ____ / ____

Ass: _____

Eurípedes Barsanulfo Lima - Cel PMGO

BANCA EXAMINADORA - CEGESP 2003

Aprovado em _____/_____/_____

Presidente

Membro

Membro

Membro

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos proporcionar novas oportunidades de engrandecimento profissional e plenitude mental para levar adiante nossos projetos de vida.

Às nossas famílias, pela compreensão, incentivo e apoio prestado nas horas mais precisas.

Ao Cel PMGO Eurípides Barsanulfo Lima, nosso orientador de conteúdo, que nos proporcionou condições para a realização deste trabalho.

À Prefeita de Palmas, Professora Nilmar Gavino Ruiz, pelo incentivo e apoio incontestes à consecução da presente monografia, bem assim ao Ten Cel Marielton Francisco dos Santos, Coordenador da Polícia Comunitária e do PROERD no Tocantins, ao Ten Cel Antônio Carlos Moreno, Cmt do 2º BPM, a Ten Alessandra Rúbia e ao Sgt Raimundo Nonato Dias de Sousa, Sub Cmt da Guarda Metropolitana de Palmas, que nos ajudaram a formatar o presente trabalho.

Aos instrutores e mestres, dedicados orientadores que nos transmitiram seus conhecimentos e contribuíram para o nosso engrandecimento profissional.

“A Polícia deve esforçar-se para manter constantemente com o povo, um relacionamento que dê realidade à tradição de que a polícia é o povo e o povo é a polícia”.

10º Princípio da Scotland Yard -1829

RESUMO

A implementação da Filosofia do Policiamento Comunitário a partir das instituições de ensino, decorre da visualização da importância do policiamento escolar como fator de implementação da doutrina na cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins, de modo a favorecer o surgimento de condições propícias ao processo de transformação social. Realizou-se pesquisa de campo descritiva e qualitativa, histórica e bibliográfica, com o fim precípua de detectar a realidade da integração entre o sistema de defesa social, nomeadamente às Polícias e a sociedade palmense. É foco do trabalho a comunidade escolar, no qual é proposta uma alternativa para a redução dos índices de violência e de criminalidade, ainda baixos, mas que precisam ser controlados eficaz e eficientemente, através de mudanças no método de intervenção por parte das instituições co-responsáveis. O processo de mudança se faz presente, de forma muito lenta, não acompanhando os índices de violência urbana. Necessitam de uma pronta intervenção e reavaliação dos programas e ações voltados à segurança da comunidade, para que alcance seus propósitos. Com a participação efetiva do cidadão, a unidade escolar poderá se transformar no local de decisões e ações em sua área de influência, implicando em resultados positivos para a comunidade. Pretende-se demonstrar que sendo um centro irradiador, a unidade escolar será fator preponderante para o sucesso do policiamento vez que, formados no ambiente escolar, os conselhos constituídos terão representatividade legítima, aglutinando-se ao exercício pleno das atividades educacionais, culturais, de lazer, além da prática desportiva. O estudo de temas transversais que estimulem a cultura da paz, presentes nos conteúdos programáticos, poderão concorrer para o grande clamor de familiares e gestores da educação quanto à segurança nas instituições de ensino.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I.....	18
1 BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS.....	18
2 BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NO TOCANTINS.....	24
3 CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	27
4 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO.....	28
4.1 Conselho Comunitário.....	28
4.2 Objetivos do Conselho Comunitário.....	31
4.3 Fases de instalação do Conselho Comunitário.....	33
4.4 Atribuições do Conselho Comunitário.....	34
4.5 Estrutura do Conselho Comunitário.....	35
CAPÍTULO II.....	37
5 SISTEMA DE ENSINO DE PALMAS.....	37
6 O QUADRO EDUCACIONAL DE PALMAS.....	40
6.1 Outros dados sobre a violência em Palmas.....	45
7 PROJETOS DE SEGURANÇA ESCOLAR DE PALMAS.....	47
7.1 Guardião Escolar.....	47
7.2 Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.....	50
7.3 Escola Aberta à Comunidade.....	60
7.4 Recreação.....	61
7.5 ABC da Cidadania.....	62
CAPÍTULO III.....	63
8 OS CONSELHOS DE SEGURANÇA.....	63
9 A REALIDADE ATUAL DOS CONSELHOS.....	67
10 GEOREFERENCIAMENTO DA CAPITAL DO TOCANTINS.....	69
11 PESQUISA DE CAMPO.....	74
12 INTERPRETAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO.....	93
CONCLUSÃO.....	95
ABREVIATURAS.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
ANEXOS.....	102

INTRODUÇÃO

É rotina, na atualidade, depararmos com a violência e a criminalidade nos grandes centros urbanos, em todo o mundo. Notadamente no Brasil, verificamos a migração desses eventos das grandes cidades para as comunidades de menor porte, inclusive para a zona rural, ampliando a preocupação do cidadão face à incapacidade do sistema de defesa social em fazer frente ao problema. Várias modalidades e processos de Policiamento já foram exaustivamente implementados, sem, contudo, apresentarem resultados satisfatórios que criem, na sociedade, pelo menos, uma sensação significativa de segurança.

No mundo, os países que têm conseguido controlar os índices de violência e criminalidade experimentaram o emprego do policiamento comunitário como principal alternativa para a resolução dos problemas internos, o que tem possibilitado a melhoria da qualidade de vida de seu povo.

Segundo Trojanowicz, a implantação da filosofia de polícia comunitária demanda um período de médio prazo, de 5 a 8 anos, face à necessidade da transformação de comportamento, quebra de paradigmas, fatores sócio-econômicos facilitadores, grau de satisfação do público interno e externo, e principalmente o envolvimento das diversas classes sociais.

Neste contexto, as polícias encontram um campo fértil para a implementação de ações integradoras. A participação coletiva, em especial ao se tratar da segurança pública, é preceituada na Constituição Federal, de 1988, que responsabiliza a todos pela sua própria segurança, cabendo, evidentemente, ao Estado o dever de agir.

É missão constitucional das polícias militares a execução do policiamento ostensivo fardado e a preservação da ordem pública, para a incolumidade das pessoas e do patrimônio, atuando para tanto com ações preventivas primárias, secundárias e terciárias. Há controvérsias, entretanto, quanto ao teor da carta magna. A investidura pessoal dos integrantes das corporações seja militar e a destinação institucional seja civil, o que inverte o sentido da função de segurança pública, provocando o engessamento da estrutura e do lado comportamental dos policiais militares, que, a bem da verdade, são militares e não policiais, como a destinação constitucional da polícia faz supor.

As características apresentadas, patrimonialista, sectária e guerreira, as afastaram das atividades primárias de segurança pública, vertendo seus esforços, principalmente, para o policiamento preventivo fardado ou fase secundária. Dá-se continuidade ao rito jurídico que se encerra com a apresentação do criminoso ou cidadão que comete crime, à polícia judiciária, caracterizando a fase terciária. Comprovado está que, atingindo situações mínimas que possam tornar-se em eventos danosos, melhora-se significativamente a qualidade de vida da comunidade, sob responsabilidade da polícia.

Dentre as inúmeras modalidades de policiamento executados, distingue-se como de especial importância o destinado à proteção da comunidade escolar, pois a instituição de ensino é irradiadora de benefícios não só aos alunos, mas a uma comunidade. A escola situa-se em um espaço social e territorial cujas características moldam a sua rotina, suas relações internas e as interações dos membros da comunidade escolar com o ambiente social externo.

Temos assistido, muitas vezes inoperantes, o avanço sistemático de situações ilícitas, que provocam danos muitas vezes

irreparáveis não só a determinada família, mas à comunidade da qual faz parte.

Propagam-se os casos de estupro, porte de armas brancas ou de fogo, brigas entre alunos, formação de gangues, consumo irrefreado de substâncias alucinógenas ou entorpecentes, sem mencionar balas perdidas e homicídios, muitas vezes provocados por situações banais, resultantes de conflitos entre alunos e entre alunos e professores, na própria unidade de ensino ou em suas imediações.

Na realidade, a presença ou não da autoridade policial na unidade escolar vem sendo contestada, inclusive porque, muitas vezes, não é ela que está presente, mas agentes privados de segurança, no caso das particulares, e os vigias, que são os porteiros e protetores do patrimônio escolar. Em ambos os casos, fica claro que tal não é o desejável, pois o que se almeja é o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas e o desempenho das funções dos professores e profissionais de ensino.

Nenhuma organização policial no mundo conseguiu resultados positivos contra a violência e a criminalidade sem ter antes passado por uma remodelação sistêmica que envolvesse os conceitos filosóficos, estratégicos, táticos e técnicos que as norteassem. Algumas polícias militares brasileiras continuam sendo corporativistas, táticas e militarizadas, afastadas das transformações sofridas pelo ambiente social. Exige-se mudança, para uma polícia militar participativa, inovadora, aberta e mais humanizada, cidadã, e voltada para a comunitarização, conforme preceitua a filosofia de polícia comunitária, disseminada a partir das experiências exitosas em outros estados brasileiros.

Embora a primeira vista possa parecer simples, a participação da comunidade escolar é um fator importante na democratização das

questões de segurança pública e de programas comunitários que proporcionam a melhoria de qualidade de vida, definindo responsabilidades. Evitam mexer com aspectos mais amplos que promovam um esforço mais unificado com resultados mais duradouros e melhores.

Existem tantos problemas sociais envolvidos na mobilização comunitária que muitas comunidades se conformam com soluções parciais, isoladas ou momentâneas, limitando-se à participação do cidadão. Muitas vezes, são apenas somente informados das questões públicas específicas, que dizem respeito às ações da polícia, outras vezes apenas, para a escolha dos membros de conselhos ou entidades representativas. Seguindo as normas institucionais ou legais, o cidadão, nesses casos, não apresenta sugestões para a melhoria do serviço, pois sem direito a voz, não atinam para o quanto é importante sintonizar-se com a realidade local.

O maior desafio enfrentado pela polícia no modelo comunitário consiste em motivar e sustentar a participação do público cliente, que no nosso caso, é a comunidade escolar. O contato direto e permanente com a adversidade e a insegurança social costuma ter um efeito negativo nos esforços de organização e mobilização social: em vez de unir as pessoas em torno de sentimentos de indignação e finalidade comum, o crime parece minar a capacidade de organização comunitária. Do outro lado, a polícia parece mais bombeiro, combatendo emergências nas unidades escolares a qualquer custo, não interessando a integração com essa comunidade específica, o que seria proveitoso para ambas.

Nesse contexto problemático, a organização comunitária envolve um árduo esforço de superação da resistência de indivíduos,

céticos em relação às possibilidades de melhorias em suas condições de vida, ainda mais quando dependentes de ações governamentais.

O desafio, portanto, não está apenas em promover trabalhos com grupos organizados da comunidade, de interesses específicos, mas empenhar-se na organização de trabalhos comunitários constantes, permanentes e de interesse coletivo.

Em regra, os grupos comunitários assumem uma postura passiva e acrítica em relação às ações de governo e das polícias, respaldando apenas as suas práticas, mesmo quando claramente impróprias ou ilegais. É preciso respaldar as boas ações da polícia, de interesse coletivo, de respeito aos direitos humanos, dentro da legalidade e dos valores morais e éticos. Mas deve-se criticar e não vilipendiar ações violentas, ilegítimas, que desrespeitam a dignidade humana e que fogem ao interesse coletivo, responsabilizando o mau profissional e não a instituição como um todo.

Uma organização comunitária que depende do apoio policial para garantir a mobilização de seus membros e viabilizar as suas ações acaba convertendo-se em uma mera extensão civil da instituição policial, e não um instrumento efetivo de participação comunitária.

Organizações que não dependem da polícia para a sua existência podem trazer significativos desafios. No pensamento institucional pode significar entraves administrativos, restringindo a sua discricionariedade, no pensamento social amplia o controle da polícia e na Filosofia de Polícia Comunitária amplia e aprimora as ações conjuntas, tanto da polícia como da sociedade.

Organização ou mobilização comunitária significa unir questões diferentes, pessoas diferentes em objetivos comuns. Para muitas polícias que querem adotar a Polícia Comunitária, organizar significa

chamar residentes locais para assistir a uma reunião de líderes locais. Isto, com certeza, não é Polícia Comunitária.

Para muitas organizações comunitárias, organizar significa um processo contínuo de capacitação de residentes locais, especialmente o incentivo à participação de cidadãos em decisões relacionadas à qualidade de vida do bairro. A polícia comunitária se baseia neste princípio.

Através de uma visão social, depreendemos que comunidade é um conjunto de pessoas que vivem em comunhão de bens ou de interesses e ideais políticos e religiosos. Qualidade de comum, conjunto de pessoas que vivem em comum, sociedade civil ou religiosa (Luft, 2000, p. 184).

Através da filosofia de Polícia Comunitária, depreendemos que Comunidade é a comunidade de interesses gerada pelo crime, a desordem, e o medo do crime, o que permite aos policiais comunitários uma entrada na comunidade geográfica. (*Trojanowicz e Bucqueroux, 1999*).

Embasados nesta forma de pensar e conscientes da complexidade da situação-problema, nesta monografia, a problemática será estudada em três capítulos.

No primeiro capítulo, é feita uma breve narrativa sobre a história da Polícia Militar do Tocantins e as atividades desenvolvidas em torno do Policiamento Comunitário nas cidades tocantinenses, sobre o Conselho Estadual de Segurança Pública, o Conselho Comunitário, delineando seus objetivos, fases de instalação, e atribuições principais.

No segundo capítulo, serão abordadas as peculiaridades do Sistema de Ensino Médio e Fundamental de Palmas, o quadro educacional e os projetos de segurança escolar em andamento, que

são embriões da nossa proposta de trabalho, voltada ao policiamento comunitário.

No terceiro capítulo, é focado o funcionamento atual dos Conselhos de Segurança instalados na capital, o georeferenciamento da rede escolar e os resultados da pesquisa de campo quanto à segurança pública, realizada com o público palmense.

A importância desse trabalho técnico-científico é evidenciada na necessidade de encontrarmos uma alternativa para o atendimento não só da comunidade palmense, mas principalmente da comunidade escolar, através da inserção da atividade de polícia comunitária nas unidades, prevenindo, assim, não só a violência e a criminalidade, mas irradiando benefícios para a coletividade que as circunda.

O problema abordado versa sobre a dificuldade de se sensibilizar as autoridades e a própria comunidade, sobre a importância dos princípios e fundamentos de uma doutrina centrada e efetiva na diminuição da margem de erros, bem como, sobre a aplicação desta filosofia, destinada à resolução de problemas com a participação de todos os atores sociais.

Atualmente, há carência de padronização no atendimento de demandas de segurança pública, o que põe em risco a imagem e a credibilidade do sistema de defesa social, visto que os resultados no trato da doutrina é de inteira responsabilidade dos agentes encarregados da aplicação da lei.

Metodologicamente foram realizadas pesquisa de campo, descritiva e qualitativa, histórica e bibliográfica, além de consultas a “websites”, objetivando sustentar a nossa hipótese de que, implementado o policiamento comunitário através do policiamento escolar, poderemos reduzir sensivelmente os índices de violência e

criminalidade nas instituições de ensino e em sua área de influência, inclusive mantendo controle, no município de Palmas.

Especificamente, em relação à pesquisa de campo, anota-se que os dados trabalhados consubstanciam pesquisa do Instituto Gauss, de Palmas, cujos questionamentos foram elaborados pelos autores do presente trabalho. Quanto ao georeferenciamento, está ele alicerçado em dados oriundos da Secretaria de Planejamento Urbano, de Palmas, e ainda, da Secretarias Estadual e Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

CAPÍTULO I

1 BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR ESTADO DO TOCANTINS

A Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO) nasceu simultaneamente com a implantação do estado, através da Medida Provisória nº 001, que definiu a estrutura organizacional básica do Poder Executivo Estadual, onde a Polícia Militar está configurada.

Inicialmente, com um efetivo de aproximadamente 1.027 homens, a PMTO teve como primeiro comandante geral o Ten Cel PM Francisco Osvaldo Mendes Mota, nomeado pelo Decreto nº 024/89, promovido também pelo mesmo decreto ao posto de Cel PM. A filosofia de comando do Cel Osvaldo Mota era voltada para a integração entre a Polícia Militar e a sociedade. Foi ele quem criou a Banda de Música da Polícia Militar. Em 4 de julho de 1989; o Cel Osvaldo Mota passa o comando da corporação ao Cel PM Geraldo Antônio de Freitas, nomeado pelo Decreto nº 1887/89, tanto aquele comandante quanto este, pertencem à reserva remunerada da Polícia Militar do estado de Goiás.

Em 16 de fevereiro de 1990, o Diário Oficial nº 032, publicou as Leis 125,126,127 e 130, datadas de 31 de janeiro de 1990, versando, respectivamente, sobre o Estatuto da Polícia Militar do Estado do Tocantins, o Código de Vencimentos, Leis de Promoções e Lei de Fixação do Efetivo. Em 28 de agosto de 1990, o governador do Estado assinou o Decreto nº 164/90, que trata do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Tocantins (RDPMT0).

No dia 1º de janeiro do mesmo ano, deu-se a instalação da capital definitiva do Estado, Palmas. Com isso, o Comando Geral da Polícia Militar, acompanhando a sede do Governo, muda para a capital, o que ocorreu em 17 de abril de 1990. O prédio destinado a alojar o Quartel do Comando Geral (QCG) era construído de madeirite, coberto com telhas de fibra-cimento e em piso grosso, permanecendo ali até o dia 10 de outubro de 1995.

Quando o Cel PM Geraldo Antônio de Freitas efetivou-se na Secretaria de Justiça e Segurança Pública, assumiu o Comando Geral da Polícia Militar o Cel PM R/R Benvindo de Sousa Neto, nomeado pelo Decreto nº 1900, de 4 de julho de 1990. Para a Secretaria de Justiça e Segurança Pública foi nomeado o Cel Benvindo, que, pouco tempo depois foi nomeado para exercer a função de Advogado Geral do Estado e em seu lugar assumiu o comando da corporação o Cel PM R/R Messias Lopes da Conceição, já pertencente à Reserva Remunerada da PMTO, (Decreto nº 1745, de 24 de janeiro de 1991). Este período foi marcado pela criação do Pecúlio Reserva, de caráter privado, que visa o pagamento de uma importância ao Policial Militar que é transferido para a Reserva Remunerada por ter completado os 30 (trinta) anos de serviço. Esse pecúlio funciona quase que analogamente a um fundo de garantia.

Em 15 de março de 1991, o médico Moisés Nogueira Avelino assumiu a chefia do Poder Executivo do Estado. O Decreto nº 2697, daquela data, nomeou o Cel PM Nelson dos Reis Aguiar para exercer o cargo de Comandante Geral da Polícia Militar. Em 6/9/91, o Cel PM Aguiar solicitou sua exoneração do cargo, passando, de imediato, para a Reserva Remunerada. Foi designado, então, o Ten Cel PM

Janilson Veras Barbosa para comandar interinamente a corporação, que permaneceu no cargo de 6 a 22 de setembro de 1991.

Pelo Decreto nº 4466, de 23 de setembro de 1991, foi nomeado o Cel PM R/R Luiz Carlos Valadares Veras, da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Estado de Goiás, para o Comando da PMTO. Esse Comando foi marcado pela formalização do Regulamento de Uniformes e Insígnias da Polícia Militar do Estado do Tocantins (RUIPMTO), o que definiu exatamente o fardamento da Corporação. Notoriamente, instalou-se também a 1ª Companhia Independente de Bombeiros Militar (1ª CIBM).

No dia 8 de outubro de 1993, morre o Comandante Geral da Polícia Militar, vítima de acidente de trânsito. De imediato, assume o Comando da Corporação, o chefe do Estado Maior, Cel PM Josias Araújo Rocha, que, chocado com o ocorrido, conduziu a instituição até o final do mandato do Governador Moisés Avelino, quando, por um decreto especial, foi nomeado o Ten Cel PM Napoleão de Souza Luz Sobrinho para assumir o Comando comissionando-o ao posto de Coronel PM.

Em 10 de outubro de 1995, após uma reforma geral de adaptações, construção de alojamentos para oficiais e praças e garagem para veículos, o comando geral foi transferido para outra sede provisória. O prédio ora destinado era o da Assembléia Legislativa do Estado, que possuía estruturas melhores que as anteriores oferecidas à Corporação. Na sua maioria, esse prédio era de alvenaria com piso de cimento comum, outra grande parte em madeira de lei, tendo ainda uma pequena parte de madeirite com piso

grosso. Sua área externa era privilegiada, pois estava próxima da Serra do Carmo.

Pela Lei nº 860, de 26 de julho de 1996, o governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, alterou o efetivo da Polícia Militar para 4.092 homens e cria o CFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, que possibilita melhores condições à corporação para formar, aperfeiçoar e especializar seus integrantes. Cria também o CIPAMA – Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental, que tem suas atividades voltadas para as questões ambientais, trabalhando na parte de fiscalização e educação.

Pelo ato Governamental nº 514, de 2 de julho de 1999, o Governador, exonerou do cargo de comandante geral da PMTO o Cel PM Napoleão de Souza Luz Sobrinho, e, na mesma data, através dos Atos nº 515 e 516, nomeia secretário de Segurança Pública para responder cumulativamente pelo comando geral da PMTO. No dia 20 de setembro de 2000, pelo Ato nº 773, o Governador exonera, a pedido, o Cel PM Napoleão de Souza Luz Sobrinho do cargo de comandante geral da PMTO e através dos Atos nº 774 e 775 da mesma data, comissiona o Ten Cel PM Joáidson Torres de Albuquerque ao posto de Cel PM e o nomeia para exercer o cargo de comandante geral da PMTO.

Em 25 de outubro de 2000, a Polícia Militar transferiu sua sede para o edifício Novo Horizonte, antigo Colégio Estadual de Palmas. O Comando do Cel Albuquerque, totalmente voltado para a implantação da Polícia Comunitária quando a PM passa por uma fase de estruturação, buscando melhor qualificação e adaptação do profissional militar ao novo sistema de Polícia Comunitária.

No dia 8 de maio de 2001, pelo Ato nº 608, o Governador do Estado exonera, por necessidade do serviço, o Cel Joáidson Torres de Albuquerque do cargo de Comandante Geral da PMTO e nomeia em ato seguinte, na mesma data, o Cel PM Constantino Magno Castro Filho, cujo comando durou de 8 de maio a 4 de junho de 2001.

Em 4 de junho de 2001 assume o comando da corporação o Cel Inf QEMA Artur Domício de Araújo Guerra nomeado pelo Ato nº 812/01, com uma política de reorganização da Polícia Militar devido aos movimentos de classe ocorridos.

Em 26/01/02, o Cel Inf Artur Domício de Araújo Guerra deixa o comando da PMTO e assume na mesma data o Cel Inf QEMA Siegfried Starling de Albuquerque, nomeado pelo Ato nº 97/02, conservando a mesma política para a corporação, deixando o Comando em 30/04/02. Na mesma data, pelo Ato nº 542/02, assume o comando da corporação o Cel QOPM Raimundo Bonfim de Azevêdo Coêlho, que permanece até a presente data no comando geral da PMTO. Em 21 de abril de 2002, foi inaugurada a sede definitiva do QCG, um prédio super moderno e com estrutura fantástica.

A Polícia Militar está presente em todos os municípios do estado, tendo como finalidade atender as questões relacionadas à segurança pública. A corporação conta hoje com um efetivo de 3.426 homens e sua missão é manter a ordem pública e o bem estar social.

O Estado do Tocantins, criado no ato da promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988 e implantado em 01 de janeiro de 1989, teve como primeiro governador José Wilson Siqueira Campos, e a primeira capital, provisória, foi instalada na cidade de

Miracema do Tocantins. No mesmo ano da criação do estado, foi também realizado o 1º concurso para policiais femininos.

Batalhões e Companhias Independentes da Polícia Militar do Tocantins e suas localidades:

BATALHÃO	LOCALIDADE
1º Batalhão “Joaquim Teotônio Segurado”	Palmas
2º Batalhão “Araguaia”	Araguaína, a 380 km
3º Batalhão “Tocantins”	Pedro Afonso, a 225 km
4º Batalhão “Javaés”	Gurupi, a 230 km
5º Batalhão “Tenente Antônio Lopes da Conceição”	Porto Nacional, a 60 km
6º Batalhão “Taquaralto”	Palmas (Região Sul)
Companhias Independentes	Localidade
1ª Companhia	Arraias, a 400 km
2ª Companhia	Dianópolis, a 345 km
3ª Companhia	Guaraí, a 170 km
4ª Companhia	Araguatins, a 650 km
5ª Companhia	Paraíso, a 70 km
6ª Companhia	Miracema, a 70 km
Companhia de Operações Especiais	Palmas, com Grupos em Araguaína e Gurupi.
1ª Companhia de Bombeiros Militares	Palmas, com Pelotões em Araguaína e Gurupi.
Unidade de Ensino	Localidade
Academia Estadual de Segurança Pública	Palmas

Fonte: Centro Integrado de Operações Policiais / SSP-TO

2 BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NO ESTADO DO TOCANTINS

Os primeiros multiplicadores da Polícia Militar começaram a se familiarizar com a filosofia de Polícia Comunitária a partir de 1996. Eram eles ex-alunos dos Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais de Minas Gerais, Goiás e Paraná. Traziam informações, conhecimento especializado, e fundamentos sobre Direitos Humanos e Qualidade Total, assuntos até então considerados tabus. A bagagem intelectual de que eram detentores foi um supremo estímulo para que todos arregançassem as mangas e cumprissem o doutrinamento como alternativa de segurança pública.

À época, os principais estudiosos consultados foram os Capitães Júlio Cezar Costa e João Antônio da Costa Fernandes, da Polícia Militar do Espírito Santo, sendo o precursor da experiência, desenvolvida com notável sucesso em Guaçuí-ES.

Em 1997, tendo sido designado para o subcomando do 2º Batalhão PM de Araguaína, a 380 quilômetros da capital estadual, o então Major Antônio Carlos Moreno apresentou pela primeira vez as idéias inovadoras a oficiais e policiais operacionais, delineando como poderia ser instalado o programa de polícia interativa naquela urbe. Tinha-se, por base, o modelo instalado no Espírito Santo. Foram realizados cursos para multiplicadores e populares, e estabelecidas parcerias com a Universidade do Tocantins, Federação das Indústrias e Comércio do Tocantins e com o Sebrae, fortalecendo a absorção da filosofia pela tropa. No mesmo ano, foram criadas as células comunitárias, em número de oito, que iriam, a partir dali, direcionar as atividades e necessidades das comunidades sob suas

responsabilidades. Tais células eram congregadas no Corpo Comunitário, responsável por situações coletivas.

Na mesma área de responsabilidades do 2º Batalhão PM, em 1998, foi criada uma célula comunitária em Tocantinópolis, sede da 3ª Companhia Destacada, a 150 quilômetros de Araguaína, sob o comando do então Tenente Messias Lopes da Conceição Júnior. Essa célula localizava-se no Setor Alto Bonito, que corresponde à quarta parte da população local. Foram ótimos os resultados, reduzindo a zero o índice de furtos e pequenos delitos, apesar das grandes dificuldades oriundas da interferência de políticos, a exemplo de 1999, quando o prefeito local desalojou a equipe policial do prédio anteriormente cedido sem prazo para devolução, também sem justificativas.

Em Gurupi, sede do 4º Batalhão PM, a 250 quilômetros da capital, sob o comando do então Tenente Coronel Tavares, na mesma época foi criado o Conselho Comunitário de Segurança Pública, com cinco células comunitárias, no entanto, com algumas diferenças de atuação em relação à Araguaína, pois nesta o Conselho Gurupiense gerenciava toda a cidade, quando no modelo nortista, cada célula tinha sua estrutura e independência. Na capital, sede do 1º Batalhão PM, foco de nossos estudos e pesquisas, em 2001, sob a coordenação do Tenente Coronel Marielton, foram criadas as Bases Comunitárias, segundo modelo baseado na experiência paulista, a cidade foi subdividida em quatro unidades, com administração própria, e intensa integração com as instituições locais, alcançando bons resultados. Também em 2001, o TC Marielton foi nomeado Coordenador Estadual do Programa de Polícia Comunitária, por ato do Governador do Estado, José Wilson Siqueira Campos.

A Polícia Civil também aderiu à filosofia do policiamento comunitário e, a partir de 2001, passou a promover Cursos para seus profissionais, visando, sobretudo, a integração das corporações em prol do bem da comunidade tocantinense.

Atualmente, o programa de Polícia Comunitária encontra-se em fase de implantação nas cidades de Porto Nacional e Miracema, sob responsabilidade do 5º Batalhão PM e da 6ª Companhia Independente PM.

Em 1999, em Araguaína, e, em 2000, em Palmas, foram realizados fóruns estaduais de segurança pública; a comunidade e polícias tiveram oportunidade de debater os resultados obtidos e planejar conjuntamente ações positivas para o engrandecimento da Polícia Comunitária.

3 O CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Criado pela Lei nº 1.180, de 13 de outubro de 2000, com a denominação inicial de Conselho Estadual de Defesa Social, passou a vigorar naquela data como Conselho de Segurança Pública do Estado do Tocantins, presidido pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, compunha-se de:

I - Comandante Geral da Polícia Militar;

II - Chefe da Polícia Civil;

III - Comandante da Guarda Metropolitana de Palmas;

IV - um membro do Ministério Público do Estado, indicado pelo Procurador Geral de Justiça.

O Conselho é um órgão colegiado de consulta do Chefe do Poder Executivo para assuntos relacionados à Segurança Pública, e seus membros têm mandato de dois anos, admitindo-se a recondução. Nos moldes dos Conselhos Comunitários, trata-se de atividade relevante e de interesse público, sem remuneração. Tem como principal objetivo ministrar orientações necessárias à correta instalação dos conselhos comunitários nos municípios e comunidades interessadas.

uma reflexão em que medida tais grupos tem representatividade dos variados interesses presentes da localidade ou da comunidade, especificamente quando nos retratamos da constituição dos conselhos comunitários de segurança.

O Policiamento Comunitário é firmemente pautado em alguns princípios, oriundos da Scotland Yard, em 1829, mas que permanecem válidos e atuais, calcados na busca incessante por uma sociedade melhor, conforme se vê:

Princípios da Scotland Yard 1829

1. *A Polícia deve ser estável, eficaz e organizada militarmente, debaixo do controle do governo;*
2. *A missão básica para a polícia existir é prevenir o crime e a desordem;*
3. *A capacidade da polícia em realizar suas obrigações depende da aprovação pública de suas ações;*
4. *A polícia necessita realizar segurança com o desejo e cooperação da comunidade, na observância da lei, para ser capaz de realizar seu trabalho com confiança e respeito do público;*
5. *Em nível de cooperação do público para desenvolver a segurança pode contribuir na diminuição proporcional do uso da força;*
6. *O uso da força pela polícia é necessário para manutenção da segurança, devendo agir em obediência à lei, para a restauração da ordem, e só usá-la se a persuasão, conselho e advertência forem insuficientes;*
7. *A polícia visa a preservação da ordem pública em benefício do bem comum, fornecendo informações à opinião pública e demonstrando ser imparcial no cumprimento da lei;*
8. *A polícia sempre agirá com cuidado e jamais demonstrará que se usurpa do poder para fazer justiça;*
9. *O teste da eficiência da polícia será pela ausência do crime e da desordem, e não pela capacidade de força de reprimir esses problemas;*
10. *A polícia deve esforçar-se para manter-se constantemente com o povo, um relacionamento que dê realidade à tradição de que a polícia é o povo e o povo é a polícia.*

O emprego da filosofia de polícia comunitária, envolvendo inicialmente a comunidade escolar, integrada por secretários de educação, coordenadores, diretores, professores, colaboradores e alunos, é uma porta eficaz e eficiente para a polícia integrar-se à família, “célula mater” da sociedade, através do policiamento escolar com ações, projetos e programas, como o PROERD (Programa

Educacional de Resistência às Drogas e Violência) e o Guardião Escolar, notadamente em Palmas, capital do Estado do Tocantins, conhecida por ser a última cidade planejada do Século XX. Se por um lado a deficiência estrutural ou de qualificação por partes dos entes públicos que integram o sistema de segurança social ou grupos afins, são limitadores de resultados em níveis satisfatórios, por outro lado possibilita que a implementação de projetos e ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, tenha fundamentação em experiências de outros centros urbanos, até porque, pela própria juventude da capital, hoje decorridos 14 anos de sua fundação, ainda encontra-se sedimentando o comprometimento com o senso de coletividade (comunidade), onde os laços sociais fortalecem a construção de uma cidadania solidária e participativa.

A preocupação da Polícia Militar, no que concerne às responsabilidades junto à comunidade escolar, vai muito além de simplesmente cuidar das entradas das escolas (nível fundamental) e colégios (nível médio), patrulhamento ostensivo ou manutenção de policiais no interior de colégios, e algumas corporações atentaram para tal fato e procuraram adequar sua oferta às reais necessidades das pessoas freqüentadoras do ambiente de ensino.

4.2 OBJETIVOS DO CONSELHO COMUNITÁRIO

4.2.1- Zelar pela atuação harmônica dos órgãos da Segurança Pública.

4.2.2- Desenvolver nas Polícias a mentalidade de Polícia Cidadã, investindo na criação de um modelo próprio, futurista e dinâmico para a execução do Policiamento Ostensivo e, a partir das informações oriundas da sociedade, superar suas necessidades e expectativas.

4.2.3- Congregar as lideranças comunitárias da área, conjuntamente com as autoridades policiais, no sentido de planejar ações integradas de segurança que resultem na melhoria da qualidade de vida da comunidade e na valorização da missão constitucional e dos integrantes das Polícias.

4.2.4- Quebrar a resistência interna das corporações quanto a implantação de uma mentalidade gerencial mais moderna.

4.2.5- Promover a interação entre os segmentos organizados da sociedade e os responsáveis pelo Sistema de Defesa Social.

4.2.6- Promover a implantação de programas de instrução e divulgação de ações de autodefesa das comunidades, inclusive estabelecendo parcerias, visando projetos e campanhas educativas de interesse de Segurança Pública.

4.2.7- Levar ao conhecimento da Secretaria de Segurança Pública as reivindicações e queixas da Comunidade.

4.2.8- Propor às autoridades competentes a adoção de medidas que tragam melhores condições de vida à família Policial e de trabalho dos Policiais e integrantes dos demais órgãos que prestam serviço à causa da Segurança da Comunidade.

4.2.9- Estimular programas de intercâmbio, treinamento e capacitação destinados aos Policiais da área.

4.2.10- Planejar e executar programas motivacionais visando maior produtividade dos Policiais da área, reforçando sua auto estima e contribuindo para diminuir os índices da criminalidade.

4.2.11- Estreitar a interação entre as Unidades Operacionais das Polícias com vistas ao saneamento dos problemas comunitários em suas circunscrições de responsabilidade.

4.2.12- Promover a integração contínua entre o cidadão-cliente e o cidadão-Policial, incentivando o bom relacionamento da comunidade e suas lideranças com os Policiais da área, em busca de um desempenho profissional mais seguro facilitado pelo melhor e mais completo conhecimento da população e do local de atuação.

4.3 FASES DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

4.3.1- Levantar os segmentos sociais organizados no bairro.

4.3.2- Convidar os segmentos organizados para uma primeira reunião de aproximação e sensibilização.

4.3.3- Criar uma Comissão ou Diretoria provisória do Conselho para estruturar a proposta de Estatuto.

4.3.4- Convocar uma nova reunião com os segmentos sociais organizados e transformá-los em Fóruns Comunitários de Segurança, quando será apresentada aos Policiais e a comunidade proposta do Estatuto.

4.3.5- Eleger os representantes dos Fóruns Comunitários de Segurança, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

4.3.6- Dar posse, em Assembléia Geral, à Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

4.3.7- Registrar o Conselho Comunitário em Cartório.

4.3.8- Regularizar o CCS junto ao Cadastro Geral do Contribuinte (CNPJ).

4.3.9- Publicar em Diário Oficial do Estado.

4.3.10- Solicitar alvará de funcionamento.

4.3.11- Realizar reuniões periódicas de acordo com o plano de ação.

4.4 DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO COMUNITÁRIO

4.4.1- Colaborar com a minimização das causas da violência.

4.4.2- Ajudar na melhoria do serviço policial.

4.4.3- Posicionar-se frente às denúncias relativas à Segurança Pública.

4.4.4- Promover estudos e pesquisas relativos à questão de segurança pública para subsídio de suas atividades.

4.4.5- Incentivar ações com a Comunidade e poderes constituídos com o fito de respaldar o trabalho e melhorar a qualidade de vida.

4.4.6- Contribuir para a padronização dos serviços prestados pelas polícias.

4.4.7- Relacionar-se com entidades e órgãos públicos em níveis municipal, estadual e federal, no trato de questões afins.

4.5 ESTRUTURA DO CONSELHO COMUNITÁRIO

O Conselho Comunitário de Segurança será composto por representantes de todos os segmentos organizados da sociedade legalmente constituídos; dos órgãos que integram o sistema de defesa social e entidades governamentais, clube de serviços, associações comunitárias, entidades assistenciais, culturais, escolares, universidades e faculdades, em geral, líderes religiosos, sindicalistas, profissionais liberais e representantes dos veículos de comunicação de massa. Caberá a essas pessoas definir as políticas de Segurança para uma região pré-determinada. Suas bases estarão ligadas aos bairros ou distritos, e, de acordo com nossa proposta, à unidade escolar que “domina” a região, concretizando-se numa segurança participativa. Isso possibilitará aos pais, mestres, serventuários e alunos sugerirem, por exemplo, o patrulhamento de determinada rua ou escola, ou a execução de uma ação social da polícia ou da guarda municipal, numa comunidade carente.

As reuniões deverão coincidirão com as reuniões de pais e professores, visando alcançar o público alvo em geral, registrando-se em ata as decisões, idéias e viabilidade das mesmas, para posterior execução. A participação cria um sentimento de transparência e de legitimidade nas práticas administrativas, e sugere a divisão de responsabilidade, que na prática não exclui a responsabilidade estatal, mas prestigia a cidadania e incentiva a fiscalização da polícia pela comunidade. Assim, o processo torna-se mais democrático e viabiliza a efetividade das finalidades públicas, propiciando a satisfação do consumidor do serviço.

O Conselho Comunitário de Segurança poderá criar Comissões Especiais para estudo ou execução de atividades de interesse da

comunidade escolar e dos integrantes das Polícias Estaduais, como seminários, palestras, programações festivas ou desportivas, lazer etc., com períodos estabelecidos de funcionamento. As Comissões Especiais apresentarão relatórios circunstanciados de suas atividades ao Conselho Comunitário de Segurança. Nenhuma função ou atividade do Conselho Comunitário de Segurança e Fiscal será remunerada, constituindo-se, assim, numa mera atividade filantrópica em benefício da Segurança Pública, “DEVER DO ESTADO E RESPONSABILIDADE DE TODOS”.

CAPÍTULO II

5 O SISTEMA DE ENSINO DE PALMAS

Antes de apresentar o sistema de ensino de Palmas, é importante traçar algumas considerações sobre o papel da educação na formação do ser humano e na construção de uma sociedade justa e democrática. O atendimento educacional deve ser visto como “mola propulsora” da promoção social e econômica dos indivíduos e, seus efeitos, como os mais benéficos para a formação e o exercício da cidadania.

Em todo o mundo as sociedades estão discutindo, refletindo e analisando inúmeros programas ou políticas educacionais na busca de soluções, a fim de amenizar a desigualdade sócio-econômica que tem destruído sociedades, e colocado uns contra os outros, promovendo a violência nos centros urbanos ou áreas rurais, segregando etnias, enfim, destruindo até mesmo o ambiente em que vivemos, devido à utilização irracional dos recursos naturais.

Documentos internacionais apontam tensões que devem ser consideradas pelas políticas educacionais, que são:

- a tensão entre o global e o local tornar-se cidadão do mundo sem perder suas raízes;

- a tensão entre o universal e o singular, entre a mundialização da cultura e a realização de potencialidades individuais;

- a tensão entre o instantâneo / efêmero e as duráveis opiniões, respostas e soluções rápidas, grande quantidade de informações e de emoções que atuam sem cessar, quando para muitos problemas são necessárias estratégias pacientes e negociadas;

- a tensão entre o espiritual e o material é matéria da educação suscitar valores morais e espirituais, segundo tradições e convicções particulares, convivendo-se em harmonia com as questões materiais do cotidiano.

O Brasil, juntamente com mais nove “países em desenvolvimento” de maior contingente populacional do mundo, reconhece a educação como instrumento proeminente da promoção de valores humanos universais, da qualidade dos recursos humanos e do respeito pela diversidade cultural.

É papel do Estado democrático facilitar o acesso à educação, esporte, lazer e cultura, investir na escola para que esta instrumentalize e prepare crianças e jovens para as possibilidades de participação política e social. Muito se espera da educação no processo de promoção e integração de todos os brasileiros no desenvolvimento de nossa sociedade nos seus mais amplos aspectos.

A educação escolar, juntamente com a familiar, tem o seu papel de educar, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Isso não se resolve apenas garantindo a oferta de vagas, mas sim oferecendo um ensino de qualidade, que promova a inclusão social do indivíduo.

A Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9394, de 20.12.96) definem competências e responsabilidades das diferentes instâncias governamentais e da sociedade para apoiar a escola na complexa tarefa educativa.

Ao Município cabe a difícil e fundamental tarefa de oferecer à comunidade a educação básica, que abrange:

- o Ensino Fundamental com absoluta prioridade (art. 11, V da LDB).

- a Educação Infantil, com relativa prioridade (art. 11, da LDB).

- cursos presenciais ou à distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados (art. 87, § 3º, II da LDB).

- a Educação Especial, oferecida, preferencialmente na rede municipal regular de ensino (art. 58 da LDB).

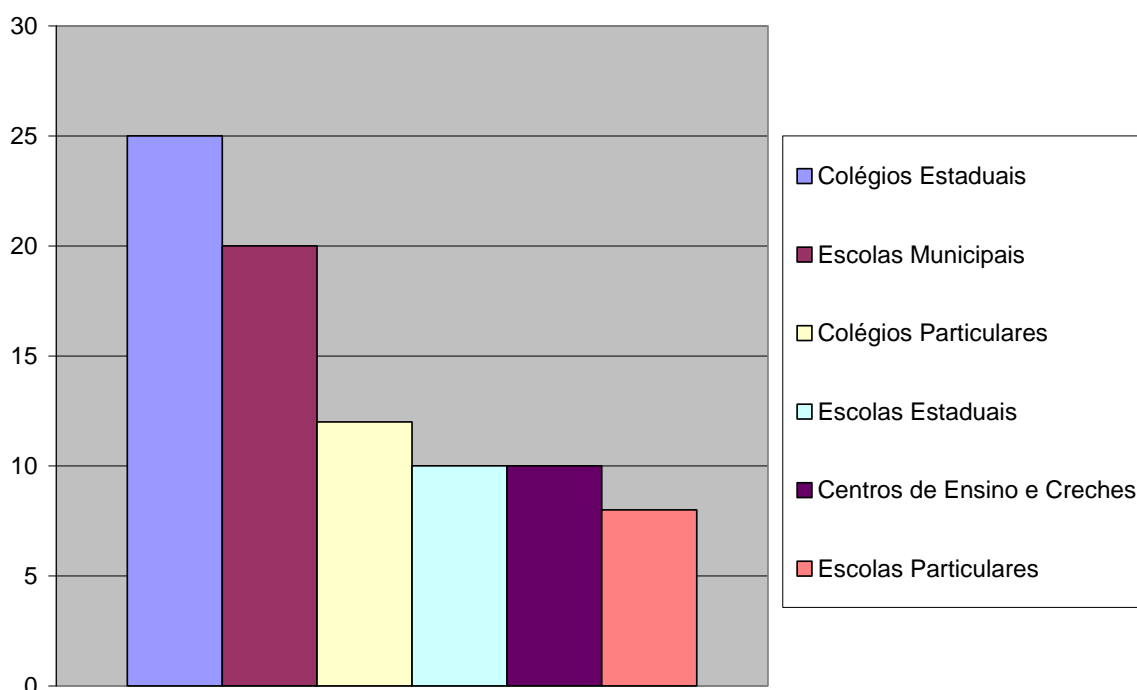
A municipalização do ensino pode representar uma solução identificada com uma administração democrática e com alto teor de autonomia em que o poder público e a comunidade têm a responsabilidade de interagir cooperativamente.

6 O QUADRO EDUCACIONAL EM PALMAS

O gráfico apresenta o número de instituições de ensino por categorias, especificamente das redes municipal e estadual, bem como particular da capital, em 2003.

Gráfico 1

Unidades de Ensino de Palmas



Fonte: Secretarias Estadual e Municipal de Educação / 2003

Os dados revelam claramente a crescente procura pelas escolas do município, em todos os níveis, ressaltando-se a grande participação da rede municipal, principalmente ligada à educação especial e ao ensino fundamental. Demanda daí o tempo necessário para que as crianças beneficiadas possam desenvolver o sentimento de participação e comunitarização, para que ao chegarem à adolescência e idade adulta, tenham perfeitamente absorvidos os

ideais que as tornarão cidadão inserido socialmente e pronto a enfrentar os desafios atuais. Note-se que parcela significativa dessas unidades de ensino assiste crianças e adolescentes na faixa etária entre 4 a 18 anos de idade.

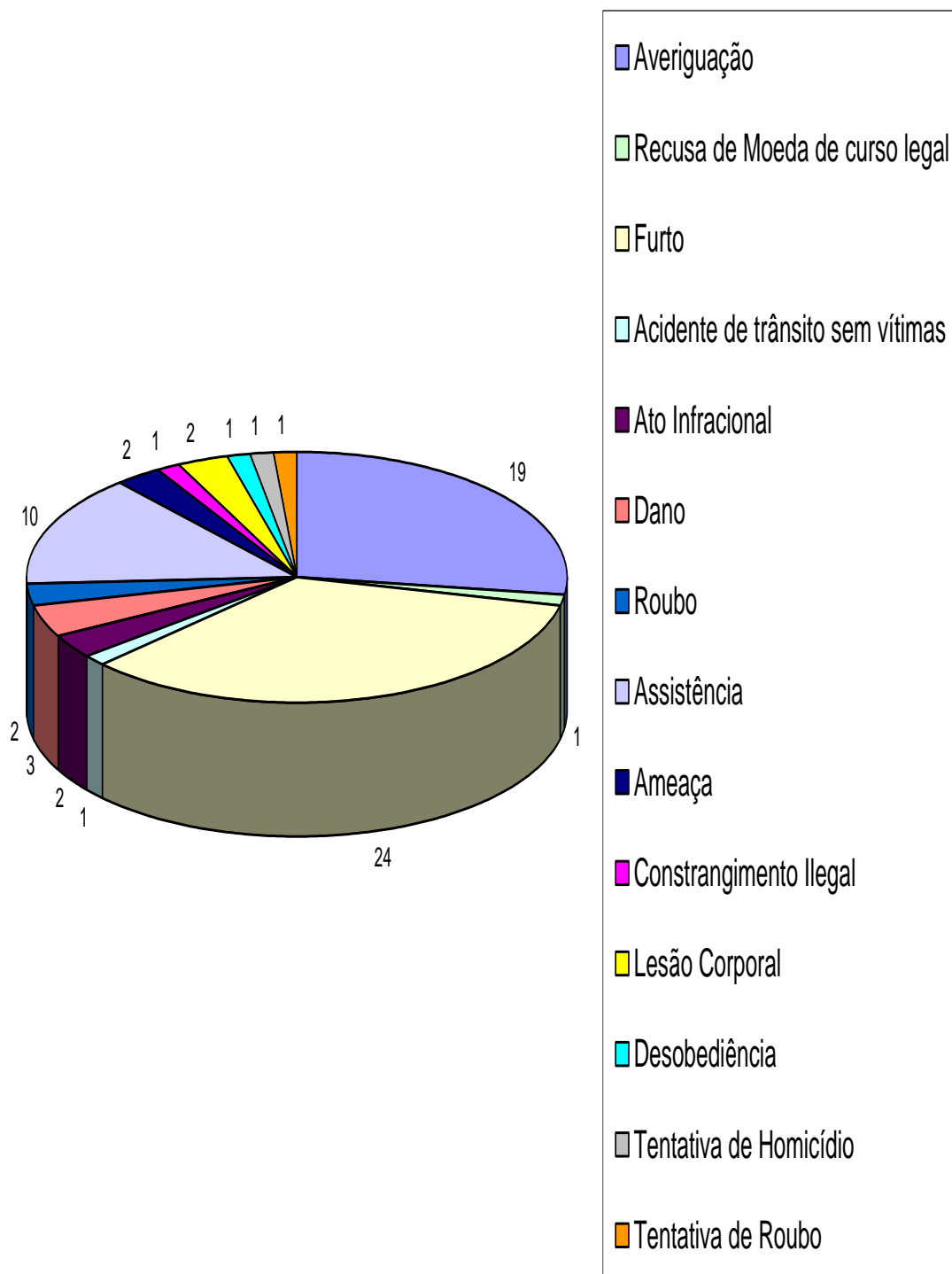
A maior concentração dessas unidades dá-se em regiões da capital com menor renda per capita, especialmente, onde a mãe trabalha para complementar a renda familiar ou se definem responsáveis pelo sustento da família.

Trata-se de uma rede ainda suficiente para atender a demanda, e, oferecer educação, segurança, assim como tranquilidade a número cada vez maior de mães que precisam deixar o filho na creche para trabalhar. Essa é a realidade atual: a mulher cada vez mais está inserida no mercado de trabalho, formal ou informal, disputando os espaços e preenchendo os requisitos impostos pelas empresas.

Os gráficos a seguir apresentam alguns dados sobre violência e criminalidade nas escolas, atendidas pelas equipes de radiopatrulhamento do 1º Batalhão PM:

Gráfico 2

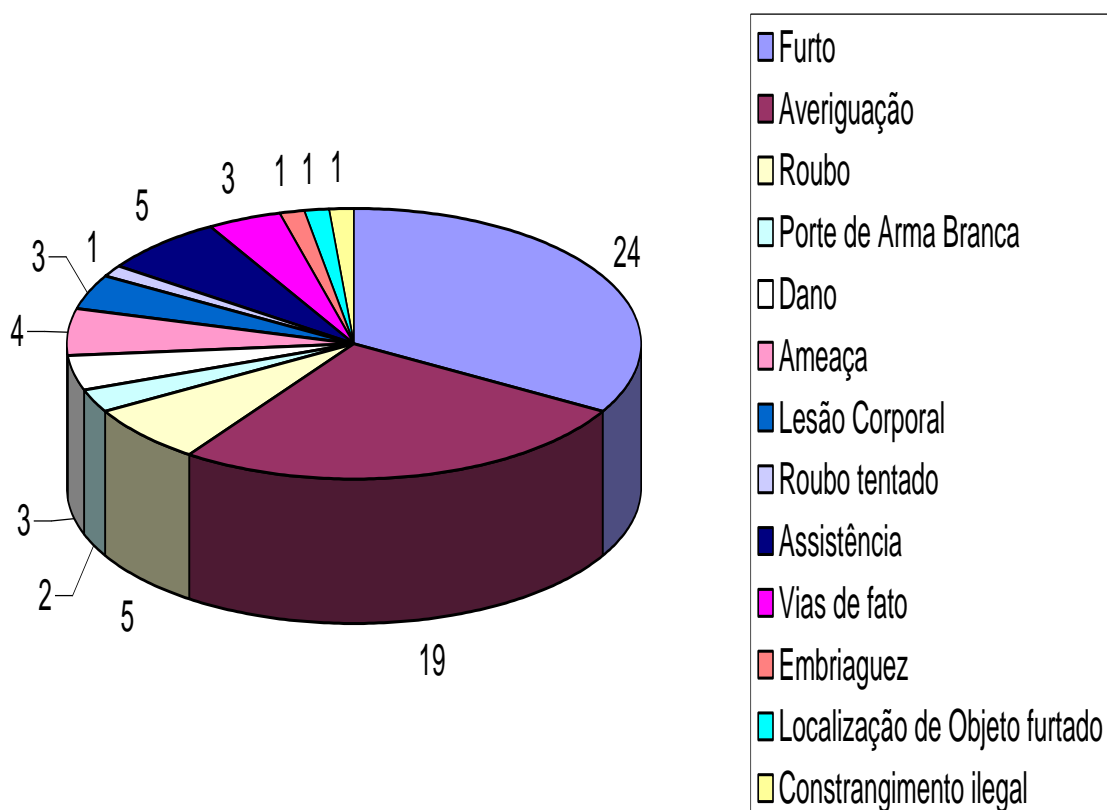
Crimes e contravenções nas escolas e colégios de Palmas em 2001



Fonte: Centro Integrado de Operações Policiais / SSP-TO / 2001

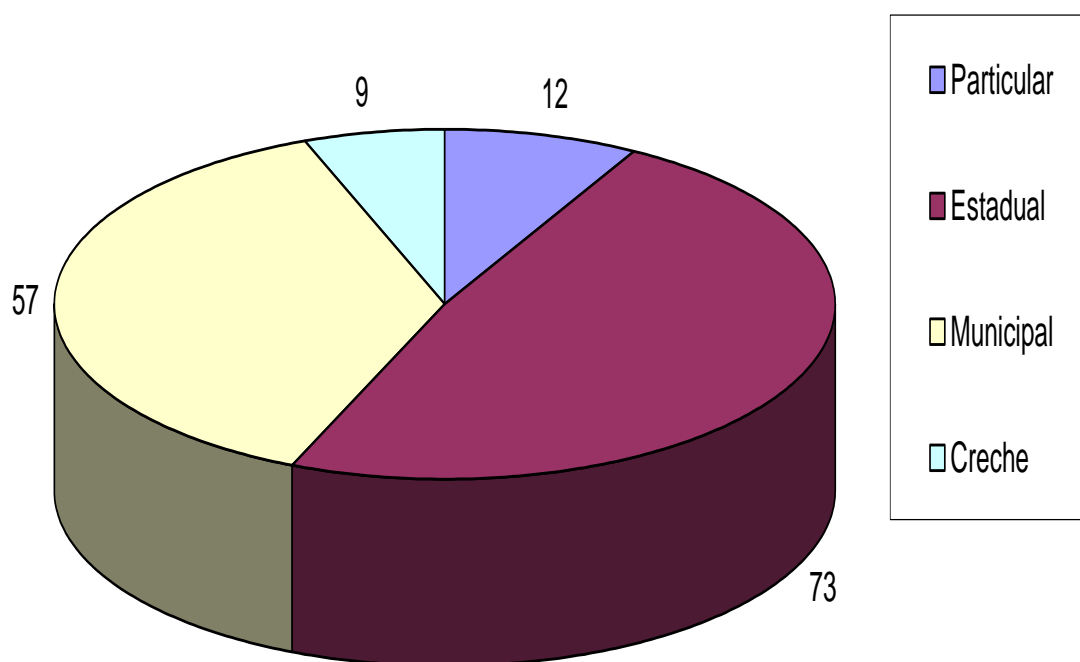
Gráfico 3

Crimes e contravenções nas escolas e colégios de Palmas em 2002



Fonte: Centro Integrado de Operações Policiais / SSP-TO / 2002.

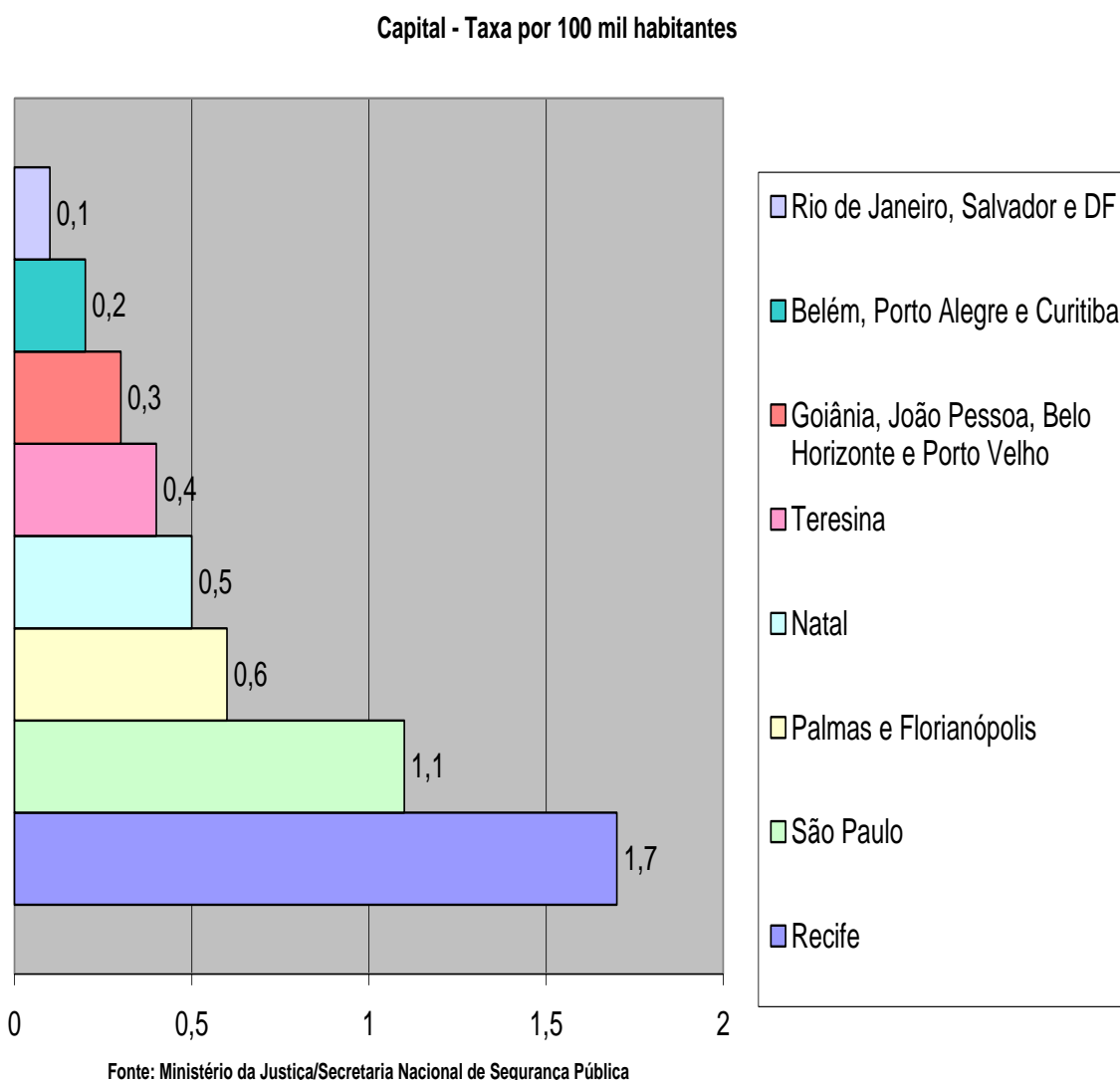
Gráfico 4
Locais de crimes e contravenções em Palmas 2001 / 2002



Fonte: Centro Integrado de Operações Policiais / SSP-TO / 2002.

6.1 OUTROS DADOS SOBRE VIOLÊNCIA EM PALMAS

A edição nº 1757, de 4 de junho de 2003, apresentou dados significativos sobre a violência e a criminalidade que se alastram pelo País, deixando rastros de dor e sofrimento para inúmeras famílias. Chamou nossa atenção o fato de que pela primeira vez desde sua fundação, Palmas foi um dos destaques negativos, notadamente na modalidade criminosa de Extorsão mediante Seqüestro, conforme o gráfico abaixo:



É importante ressaltar que o registro de um fato desta natureza, considerando-se que a população de Palmas, segundo o IBGE, é de

137.355 habitantes, e considerando a taxa por 100 mil habitantes, eleva a Capital a uma das principais cidades no ranking nacional, no crime de extorsão mediante seqüestro. O que leva à sensação de insegurança por parte da comunidade, face à forma com que a notícia é repassada, visto que na realidade trata-se de apenas uma ocorrência anual naquela cidade.

Essa informação nos serve de alerta para a tendência recente da criminalidade, que procura migrar para os locais onde é mais fácil atuar sem ser incomodado pelo Sistema de Defesa Social, bem como a importância que deve ser dada aos dados estatísticos, referentes às oscilações das ocorrências, direcionando as atividades de segurança para contrapô-las .

Demonstra também que devemos dar ainda maior ênfase às atividades de segurança preventiva primária, sem esquecer das demais.

Na mesma matéria da “Isto é”, o sociólogo Túlio Kahn, coordenador de Análise e Planejamento da Polícia Civil paulista, alerta:

“a criminalidade brasileira não é mais fruto apenas da miséria, mas do desenvolvimento desordenado que inchou a periferia dos centros urbanos mais ricos. A reboque desse processo, explica, aglutinou no entorno uma massa da população urbana que convive com a abundância e a riqueza, beneficiando-se dela, se comparado a estados menos desenvolvidos, mas que não se integraram nem tem meios de se integrar aos mercados sofisticados de produção e consumo”.

7 PROJETOS DE SEGURANÇA ESCOLAR EXISTENTES EM PALMAS

7.1 GUARDIÃO ESCOLAR

As escolas, sobretudo dos grandes centros urbanos, vem apresentando constantes cenas de violência e criminalidade, que envolvem até assassinatos de diretores e professores, depredação do patrimônio público, agressões físicas e verbais, confronto entre gangues, uso e tráfico de drogas, preconceitos étnicos, religiosos e outros. A segregação e a discriminação vem gerando um sentimento de insegurança e impotência na comunidade escolar, comprometendo a própria viabilidade do ambiente pedagógico responsável por preparar o educando para assumir uma postura autônoma e positiva perante a vida.

Mesmo apresentando baixos índices de violência e criminalidade, Palmas não está imune das conseqüências da má distribuição de renda e desigualdade social, como é encontrado nos grandes centros urbanos do Brasil. O Poder Público Municipal, objetivando conter tais mazelas na rede oficial de ensino, tem adotado medidas que inibem o desvirtuamento do processo ensino-aprendizagem, a fim de assegurar a integridade física e psicológica da comunidade escolar.

Corroborando com isso, o Projeto Guardião Escolar da Guarda Metropolitana, implantando no 2º semestre de 2002, tem como objetivo essencial a manutenção da segurança nas escolas municipais de Palmas, para proporcionar tranquilidade aos professores e alunos no desenvolvimento de suas atividades letivas. Tendo ainda o apoio de cinco viaturas radiomotorizadas da "Ronda

Integrada Comunitária”, que atua em parceria com as das polícias civil e militar.

A Guarda Metropolitana de Palmas, através do Projeto Guardião Escolar, transcendendo às ações preventivas primárias de segurança pública, busca a integração dos atores da educação: família, alunos, professores e comunidade, onde o cidadão deixa de ser objeto para transformar-se em agente das ações de desenvolvimento social.

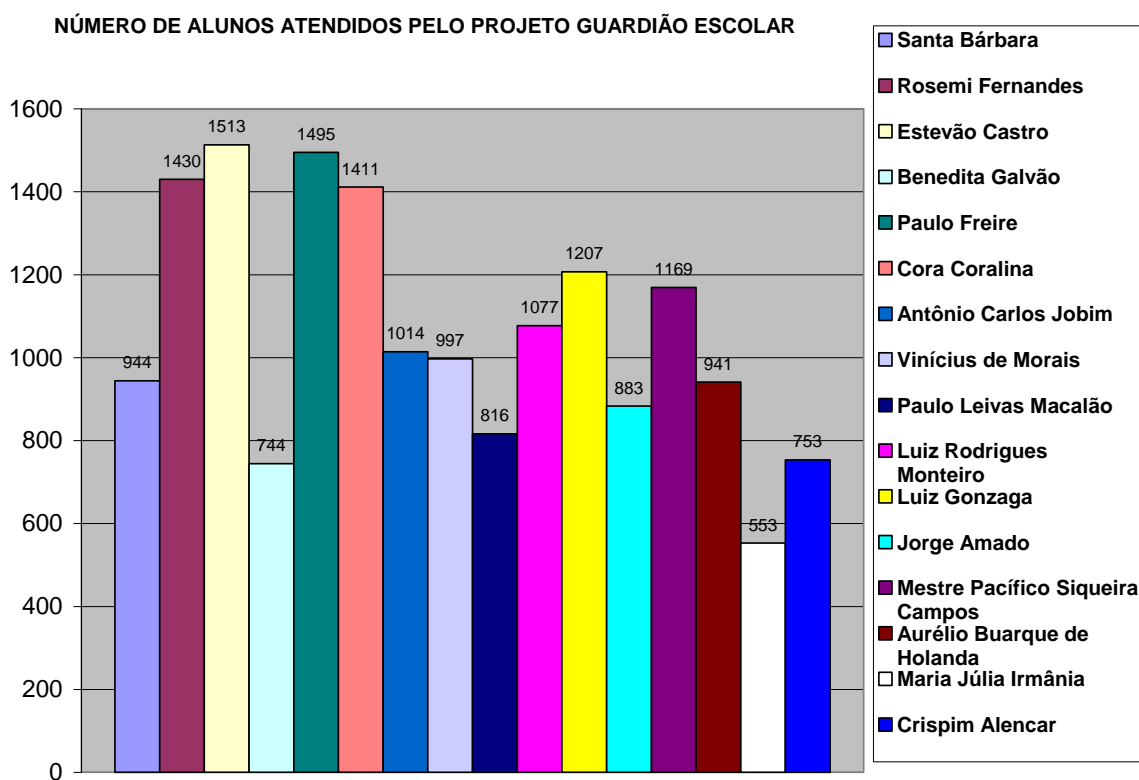
Os guardas metropolitanos empregados recebem qualificação direcionada para a atividade de atendimento das necessidades do público alvo: a comunidade escolar. O objetivo geral é a diminuição dos índices de violência e de criminalidade, através da presença ostensiva, aliada à transmissão de valores culturais e morais, realizada através de diálogos, brincadeiras, jogos e atividades desportivas, e principalmente da convivência diária entre guardas, comunidade e escola, resultando em um ambiente escolar saudável e capaz de concretizar seus objetivos pedagógicos e sociais.

O projeto integra-se ao do Plano Nacional de Segurança Pública, quando trata das medidas no âmbito da cooperação do governo federal com os governos estaduais, que prevê a criação de guardas municipais; o combate a violência como prioridade também do município; ações referentes à escola na preservação da violência, a prática de esporte, lazer e cultura, bem como apoio à capacitação dos policiais estaduais e incentivo às polícias comunitárias.

A Guarda Metropolitana de Palmas, conforme dispõe a Lei, é parte integrante das ações de implementação da filosofia de polícia comunitária em Palmas, integrada com as polícias civil e militar, compondo, inclusive, o Conselho de Segurança Pública do Estado do Tocantins, já mencionado.

No gráfico apresentado, podemos verificar que a quantidade de alunos beneficiados pelo programa é de 15.277, revertendo em benefícios para número ainda maior de cidadãos. Se levarmos em consideração a média de quatro pessoas por residência, teremos uma clientela de mais de sessenta mil palmense, contribuindo para que se tenha a sensação de segurança, tão necessária. Quando confiamos nossos filhos às unidades escolares, espera-se que possam passar por uma transformação, através de um processo ensino-aprendizagem, que os torne cidadãos conscientes e participativos.

Gráfico 5



Fonte: Secretarias Estadual e Municipal de Educação / 2003

7.2 PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD).

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência tem como objetivo principal atuar na prevenção do uso de drogas nas escolas da rede municipal de ensino, apoiando a família na formação moral dos filhos.

Como objetivo específico, busca desenvolver nos alunos beneficiados a auto-estima, o cultivo da felicidade, controle das tensões do dia a dia, civilidade, ensinando também técnicas de auto-controle e resistência às pressões dos colegas e às formas de oferecimento de drogas, tanto por pessoas estranhas ao convívio das crianças e adolescentes quanto por pessoas de seu convívio diário.

As drogas e entorpecentes fascinam seus usuários por proporcionar, dentro outras, a ilusão de possuírem um poder ilimitado. Em contrapartida, o poder público, através de volumosos investimentos, tem se empenhado com rigor e tenacidade no combate ao uso e distribuição de tais substâncias. Essas ações têm se revertido em vitórias sobre esse mal que assola e ceifa, na nossa sociedade, o ardor da juventude de muitos estudantes. A repressão, através de prisões de traficantes, apreensões de cargas e veículos, aviões e embarcações e demais bens materiais, contudo, não representa uma eficaz solução ao problema. Pode estar perdendo terreno, face à ousadia e sofisticação do crime organizado em todo o mundo.

Os esforços dispensados nessa “guerra” podem tornar-se tão mais eficientes se adotadas, paralelamente às ações repressoras já usuais, posturas educacionais, preventivas, de cunho estratégico.

Seguindo a linha de ação adotada pelo Departamento de Polícia de Los Angeles, Estados Unidos, e a desenvolvida pela Polícia Militar

de São Paulo, em 2001 a Guarda Metropolitana de Palmas propôs a implementação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, na rede municipal de ensino, atingindo o público alvo na faixa dos nove aos doze anos de idade.

Políciais Militares, Professores e Guardas Metropolitanos, auxiliados pela Cartilha de Aplicação do PROERD, atuam como multiplicadores, envolvendo alunos e pais, que, por sua vez, alavancam o Programa no seio familiar.

O programa é desenvolvido durante dezessete semanas, em aulas de quarenta e cinco minutos, ministrada sempre uma vez por semana, durante o semestre letivo. Após, pais, professores, alunos e multiplicadores promovem solenidade, em que os alunos recebem certificação de aproveitamento e assumem o compromisso perante a família e a sociedade, de não se deixarem levar pela propaganda enganosa das drogas.

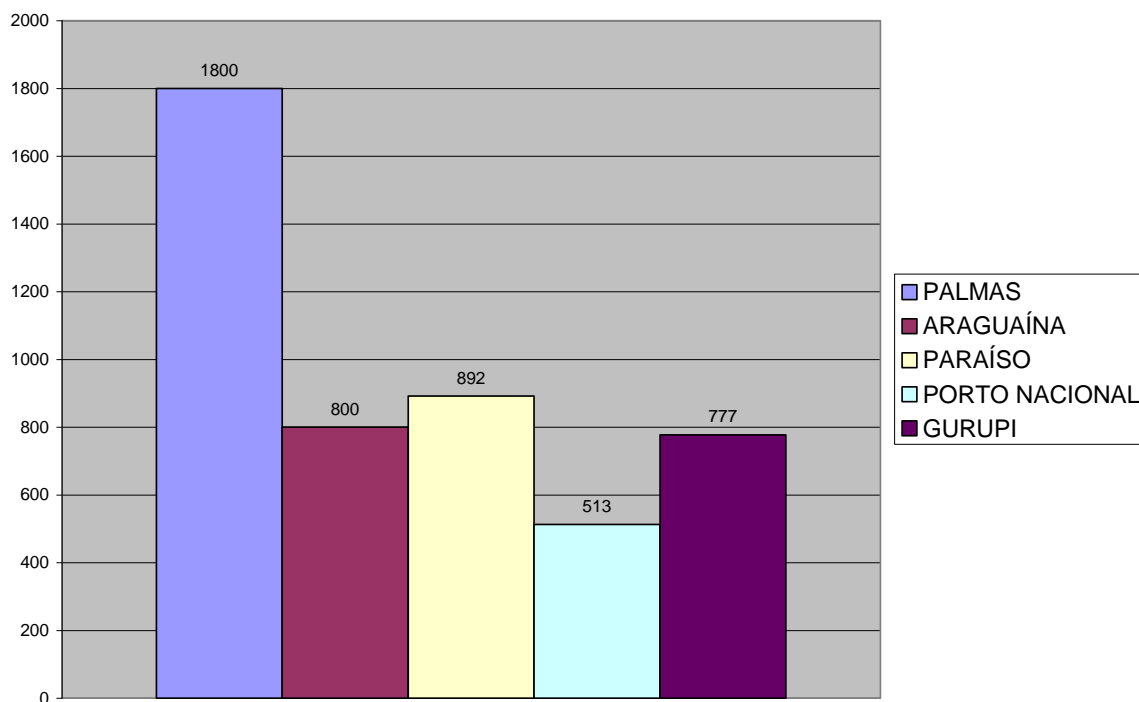
São parceiras as Polícia Militar e a Guarda Metropolitana, com as equipes multiplicadoras, Secretarias Estadual e Municipal de Educação, com as Unidades Escolares, a Defesa Civil Municipal, o Conselho de Defesa da Comunidade e principalmente, a família, que é o alicerce fundamental para o correto desenvolvimento não só do programa, mas do futuro cidadão.

Longe de apresentar uma solução definitiva para o problema em questão, é uma proposta de trabalhar a matéria-prima valiosa que temos, que são as crianças e adolescentes, onde o Poder Público tem a oportunidade de dar uma significativa contribuição na construção de uma sociedade mais pacífica e feliz, pois a simplicidade, o respeito ao próximo e o convívio harmonioso com a natureza são valores permanentes.

Nos gráficos a seguir, verifica-se o número de jovens beneficiados pelo programa:

Gráfico 6

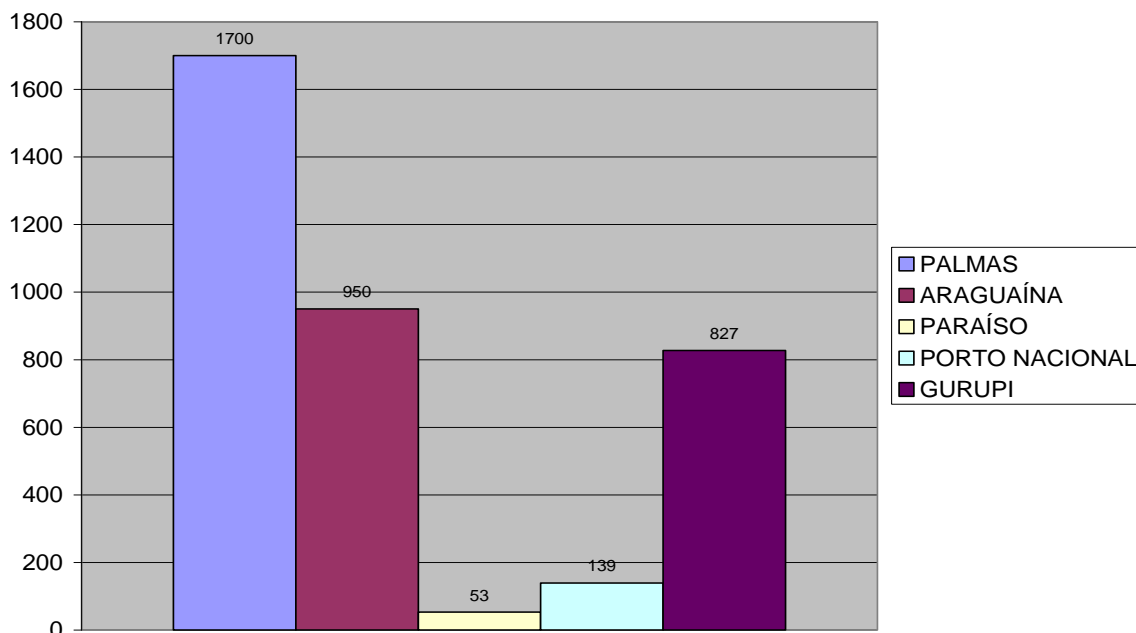
ALUNOS ATENDIDOS PELO PROERD 1º SEMESTRE/2001



Fonte: Secretarias Estadual e Municipal de Educação / 2003

Gráfico 7

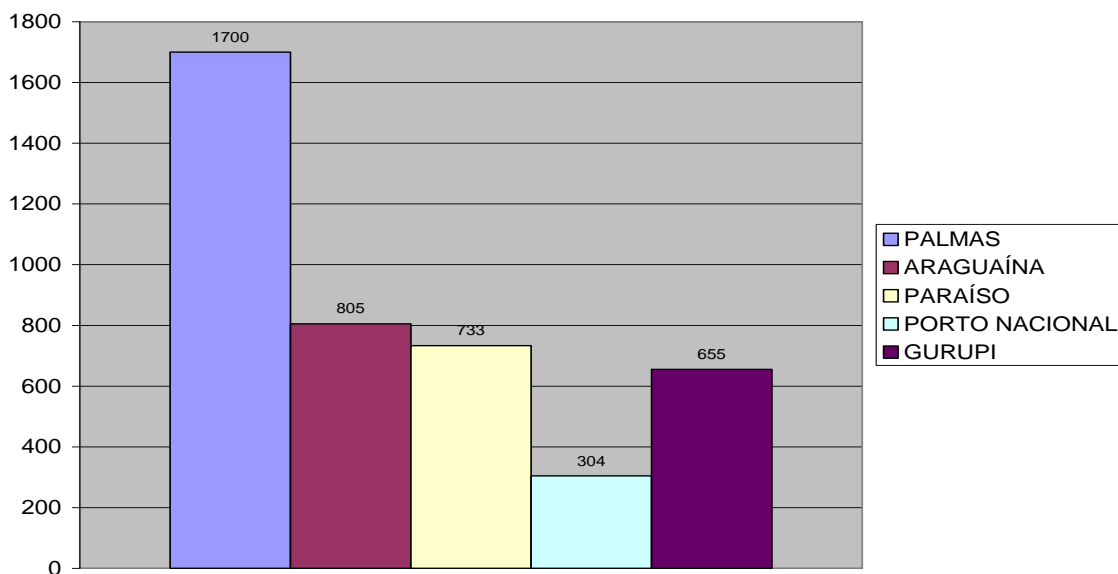
ALUNOS ATENDIDOS PELO PROERD 2002 / 2º SEMESTRE



Fonte: Secretarias Estadual e Municipal de Educação / 2003

Gráfico 8

ALUNOS ATENDIDOS PELO PROERD 2003 / 1º SEMESTRE



Fonte: Coordenação Estadual do PROERD-TO

Para confirmar a importância desse programa como alternativa de prevenção e conscientização social produzido, reproduzimos matéria

e fotos, oriundas do Correio Brasiliense, de 9 de julho de 2003, que deu destaque às iniciativas da Corporação local.



Daniella Angelis recebeu o diploma das mãos da tenente Kelly Souza, da PMDF



Na tarde de ontem, 08.07.03, 42 alunos da 4ª série da escola Mundo Mágico receberam diploma de conclusão do Proerd: Dizer não às drogas desde cedo.

Fonte: Jornal "Correio Brasiliense" edição de 9 de julho de 2003

CAMPANHA

Unidos contra a droga

Polícia Militar e escolas concentram esforços para alertar crianças entre 9 e 12 anos sobre os riscos do consumo de entorpecentes. Participação da família é fundamental para conscientizar pré-adolescentes
Érica Montenegro e César Henrique Arraes
Da equipe do correio

As drogas estão cada vez mais perto das crianças. Para combater o consumo e a venda de entorpecentes entre jovens e pré-adolescentes, o governo e as escolas do DF juntaram forças. Concentraram a campanha de conscientização em alunos de 9 a 12 anos. Segundo especialistas, a pré-adolescência é a fase de maior risco de contato com as drogas. A Polícia Militar direcionou as aulas do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (Proerd) aos estudantes da 4ª série do ensino fundamental. "Tentamos pegá-los antes de entrar na adolescência

para fortalecer a formação moral deles”, explica o comandante do Batalhão Escolar, Eraldo Viegas Marques. Como a família é a parte mais importante neste trabalho, a PM convida pais e mães para participar do programa e dar suas opiniões sobre o assunto. Na tarde de ontem, 42 alunos — duas turmas de 4ª série — da escola Mundo Mágico, do Cruzeiro, receberam seus diplomas de conclusão do Proerd.

Durante a festa de formatura, a estudante Daniella Albuquerque de Ângelos, 9 anos, foi uma das crianças que homenagearam a tenente Kelly de Freitas Souza, responsável pelas aulas na escola. “Quem usa drogas fica doente e morre, não quero isso para mim”, contou Daniella, logo depois de apanhar seu diploma. A mãe dela, Ilma Albuquerque dos Angêlos, espera que a filha caçula, Aline, 7 anos, também receba as instruções ministradas pelos policiais militares. “Está cada vez mais difícil criar crianças hoje em dia, a ajuda de gente que entende do assunto é sempre bem vinda”, comentou a comerciante.

Repressão

A Polícia Militar também decidiu intensificar as ações de repressão nas escolas. Este ano, o Batalhão Escolar está fazendo até 30 operações por dia para livrar os colégios e imediações da presença dos entorpecentes. É o triplo do que era feito habitualmente. Entre blitz e revista de alunos, foram 638 batidas neste primeiro semestre. Pouco menos do que o realizado em todo o ano passado — 753.

Com isso, o número de apreensões aumentou. Nos primeiros seis meses de 2003, foram 16 ocorrências — todas de maconha, sendo que, em uma, havia também cocaína. No ano passado, a polícia pegou apenas 18 jovens com drogas no perímetro das escolas. A área mais problemática em 2003 foi a Asa Sul, com cinco apreensões.

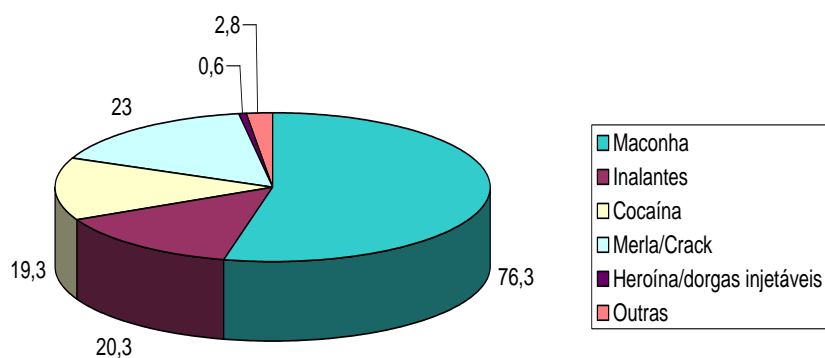
A própria polícia reconhece, entretanto, que estes números não refletem a realidade. Segundo o comandante do Batalhão Escolar, a presença mais intensa dos policiais não tem o objetivo principal de reprimir os estudantes. “As ações têm mais um caráter preventivo. Com a polícia mais presente nas escolas, aumenta a sensação de segurança. Usuários e traficantes evitarão estar com as drogas”, explica.

A facilidade em se deparar com as drogas assusta os

próprios adolescentes. Mateus, 15 anos, estava em um show de axé music quando viu uma cena que, até então, não tinha sequer imaginado. Alguns de seus melhores amigos passavam um tubo de lança-perfume de mão em mão. “Eles não se equilibravam direito. Uns riam sem parar e outros ficavam imóveis no chão”, lembra. “Nunca pensei que a galera usasse droga. Depois percebi que era algo muito comum”, conta o aluno do 1º ano do ensino médio que preferiu não experimentar a droga.

Gráfico 6

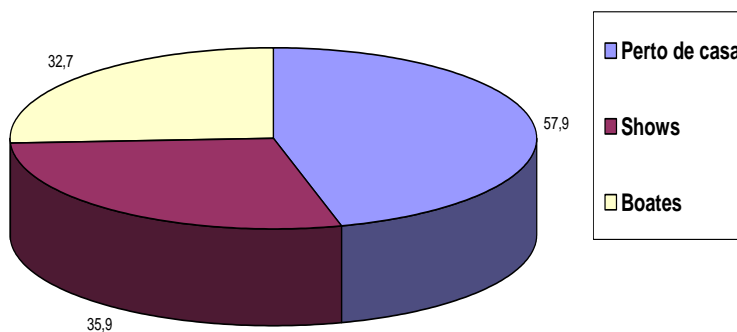
Drogas que os estudantes brasileiros já viram ser usadas na escola



Fonte: Unesco, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas escolas / 2000

Gráfico 7

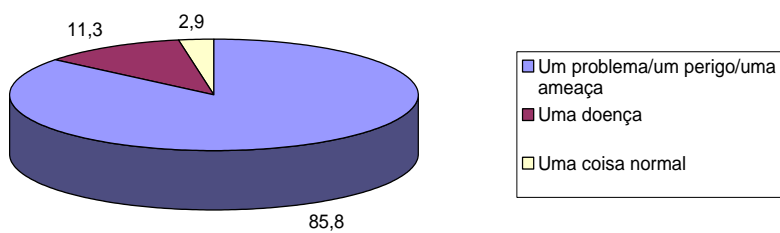
Locais onde os alunos presenciaram uso de drogas



Fonte: Unesco, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas escolas / 2000

Gráfico 8

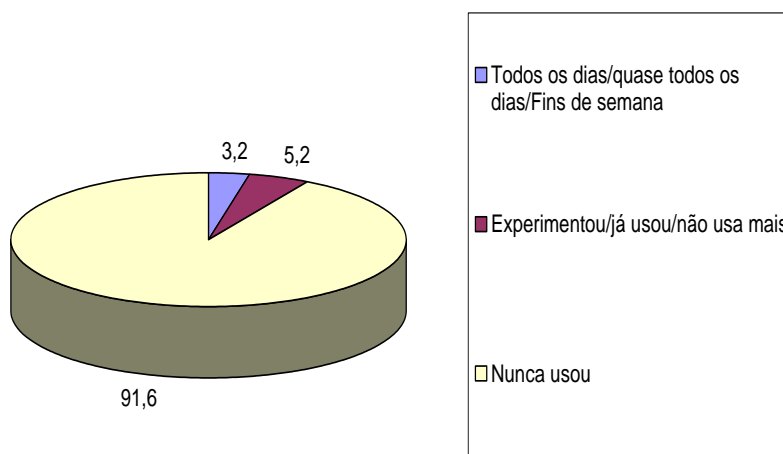
Opinião dos alunos sobre uso de drogas



Fonte: Unesco, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas escolas / 2000

Gráfico 9

Frequência de uso de drogas ilícitas por aluno



Fonte: Unesco, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas escolas / 2000

Consumo começa ainda na infância

Estudos demonstram que jovens com menos de 12 anos já são usuários freqüentes de drogas. De acordo com a pesquisa Drogas nas Escolas, da Unesco, realizada em 2001, 1% dos adolescentes com idade entre 10 e 12 anos do Distrito Federal já experimentou entorpecentes. Outros 1,2% afirmaram ser consumidores constantes de algum tipo de droga ilícita.

O mesmo levantamento revela que 76,3% dos estudantes brasileiros do ensino fundamental já viram alguém fumar maconha, outros 23% assistiram ao consumo de merla ou crack (leia quadro ao lado). “Infelizmente, está em qualquer esquina”, afirma um conhecedor do assunto, o comandante do Batalhão Escolar, major Eraldo Marques Viegas.

*A pesquisa da Unesco também revela que a droga está mais próxima do que se imagina. Dos entrevistados, **57,9% declararam que assistiram ao consumo de drogas nas proximidades de casa — o***

que inclui a escola. Outros 35,9% depararam-se com a situação em shows e 32,7%, em festas ou boates. João (nome fictício), 16 anos, ainda não experimentou porque não quis. Na saída da escola, localizada na L2 sul, o garoto costuma ver os colegas, a maioria de classe média alta, fumando uns “cigarros estranhos”, que ele desconfia ser maconha. “Passo longe de drogas. Por mais que tenha amigos que fazem uso direto, prefiro não entrar nessa onda.”

Para a psicóloga Maria Olímpia Alves Mendonça, a parceria entre pais e escola é fundamental na prevenção. “Os jovens devem ser informados sobre o assunto, apenas o diálogo franco e aberto podem afastá-los destas experiências”, afirma a especialista em criança e adolescente. As conversas devem começar por volta dos dez anos de idade, fase conhecida como pré-adolescência. “O jovem tem de estar orientado antes de se deparar com situações onde a droga lhe é oferecida”, complet

7.3 PROJETO ESCOLA ABERTA À COMUNIDADE

O Projeto “Escola Aberta à Comunidade” é desenvolvido, desde abril de 2002, na rede municipal de ensino, através da Secretaria Municipal de Educação, compreendendo de ações de lazer, recreação e atividades relacionadas à formação social dos cidadãos, onde a cada semana, nos sábados, seis unidades de ensino são contempladas, mobilizando mais de mil pessoas por vez.

Seu principal objetivo é contribuir para que as unidades escolares da capital sejam locais de incentivo à cultura, à prática desportiva, pontos de encontro e lazer para a comunidade, além da promoção da cultura da paz.

7.4 PROJETO RECREAÇÃO

Realizado a cada quinze dias em uma quadra de Palmas, o “Projeto Recreação” visa levar à comunidade uma estrutura de jogos e material para o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas, de acordo com um calendário previamente elaborado.

Seu principal objetivo é fortalecer o convívio social e a amizade entre as pessoas da comunidade, além de estimular os jovens para a prática sadia dos esportes.

7.5 PROGRAMA ABC DA CIDADANIA

O “Programa ABC da Cidadania”, que num período de seis meses, alfabetiza alunos através de método específico que sob a supervisão específica da SECESP. Os alunos são selecionados, em reuniões com líderes comunitários e de cadastros dos agentes de saúde da cidade. Objetiva alfabetização de jovens e adultos, visando à erradicação do analfabetismo no município e a inclusão social. Desenvolvido em parceria com o estado tem abrangência em todo o município, alfabetizando cerca de 800 alunos por semestre. Novas turmas são abertas quando diagnosticada a necessidade.

CAPÍTULO III

8 PROPOSTAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE PALMAS

Fazendo uma reflexão da atual situação da população, do ensino e segurança em Palmas, fica fácil observar que nas atuais circunstâncias, sugerir uma maior integração entre os diversos projetos, ações e as atividades e segurança, em específico o Policiamento Comunitário, só trará benefícios a todos, sobretudo a comunidade menos assistida pelos entes públicos, os quais deveriam atender como principais clientes.

Propor, portanto, que a implementação da Filosofia de Polícia Comunitária nas unidades de ensino seja feita paralelamente à estruturação dos Conselhos Comunitários de Segurança, é uma proposta que deve, na presente situação de Palmas, ser analisada com especial atenção. As perspectivas bastante positivas de sucesso, haja vista que as condições físicas, estruturais e de logística, são favoráveis, se não vejamos:

- Analisando os atuais Conselhos de Segurança, na forma como foram concebidos e seus resultados, nos leva a repensar a estratégia utilizada, pois os objetivos preconizados pela filosofia só de relance estão sendo alcançados. Não há, principalmente, o envolvimento da comunidade, e quando há, tende a atender apenas uma parcela específica da população: a que melhor contribui.

- A falta de recursos humanos nas instituições policiais, e a deficiente qualificação dos que são disponibilizados, aliadas à falta de compromisso do cidadão comum com os interesses sociais, deixam de alicerçar a implementação do projeto.

- A limitação de recursos financeiros, decorrente do processo de recessão por que passam os cofres públicos em todos os níveis, e o engessamento da aplicação de recursos, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, são fatores limitadores de tomadas de decisão, mesmo sendo este o desejo dos parceiros da Polícia Comunitária.

- A exeqüibilidade de tempo por parte dos conselheiros para empreenderem ações voltadas aos interesses do projeto de Polícia Comunitária.

- A inexistência de espaços físicos necessários para as reuniões dos conselhos ou aplicação dos projetos e ações voltados para a comunidade, nas atuais condições que são oferecidas, salvo raras exceções.

- Ao contrário de outras corporações, na tocantinense não floresceu a concepção de que a polícia comunitária serve apenas como apoio financeiro nos momentos em que são poucos os recursos.

Observando os pontos relatados, é de se supor que fica impossível desenvolver um trabalho significativo, quando quase tudo conspira de forma diversa. Certamente esses óbices limitam qualquer atitude, por mais bem intencionados que sejam os que de forma devotada abraçam a causa da tão desejada paz social, Nesta análise podemos enumerar fatores que tornam positiva a escolha das unidades de ensino para o processo de mobilização e comprometimento da sociedade em sua autoproteção, assim sendo, é oportuno tecer algumas observações:

- A distribuição dos equipamentos voltados ao ensino atende à demanda do movimento populacional de Palmas, até porque, sendo uma cidade planejada, é formatada para atender às necessidades da

comunidade, inclusive com projeção da expansão populacional e sua conseqüente expansão da rede escolar.

- A qualidade das edificações das escolas, aliadas à planejada utilização dos espaços físicos que possibilitam as mais variegadas atividades simultâneas, cobertos ou não.

- A clientela atendida pela rede de ensino estadual e municipal é especificamente aquela de maior relevância aos interesses da Filosofia de Polícia Comunitária, por ser justamente as que estão mais próximas dos riscos causados pelas desigualdades sociais.

- É possível dentro das escolas contar com colaboradores qualificados, que podem tratar diariamente dos assuntos mais relevantes, voltados à inserção social como temas transversais nas diversas disciplinas curriculares.

- Os projetos e ações que já mobilizam a comunidade para atividades culturais, recreativas e desportivas, são de certo facilitadores para a aproximação dos integrantes do sistema de defesa social com a comunidade.

- Em sendo Palmas uma capital reconhecidamente jovem, onde mais de 70% da população tem até 29 anos de idade, implica que sua maioria será alcançada pelas ações de comunitarização das polícias;

- Algo próximo a cinqüenta mil pessoas estão matriculadas na rede pública de ensino, e se analisarmos os dados do Censo Demográfico 2000, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que apontava Palmas com uma população de cento e trinta e sete mil, trezentos e cinqüenta e cinco habitantes, mesmo considerando o crescimento médio em torno dos vinte pontos percentuais por ano, praticamente teremos todas as famílias de certa forma sendo trabalhadas pelas instituições policiais para as ações de

sua autoproteção, pois ao menos um componente será membro de uma unidade escolar.

9 A REALIDADE ATUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS EM PALMAS

Implantados a partir de 2001, os quatro Conselhos Comunitários de Segurança de Palmas são ainda provisórios, com diversas denominações, entre as quais a de Conselho Provisório de Segurança, na Quadra 1106 Sul, Conselho Comunitário da Base da Arno 61(área residencial noroeste), Conselho de Polícia Comunitária, na Arne 51(área residencial nordeste), Conselho Comunitário de Segurança, na Aurenny III, todas denominadas Bases Comunitárias, de acordo com o planejamento da Polícia Militar.

A bem da verdade, a mobilização comunitária não tem obtido resultados significativos, conforme comprovaremos na pesquisa. Haja vista que já se decorreram quase dois anos de sua implementação, e seu estatuto ainda está em fase de elaboração, com a perspectiva de conclusão até o mês de agosto próximo, quando deverá ser encaminhado à Câmara dos Vereadores e à sanção pela Prefeita de Palmas, o que certamente demandará ainda algum tempo.

Uma Nota de Instrução está sendo baixada pelo Comando Geral da Polícia Militar, na pessoa do Coronel PM Raimundo Bonfim Azevedo Coelho, Comandante Geral da Corporação, para atribuir missões aos Comandantes de Unidades e Subunidades, estipular prazos para a implementação da filosofia de Polícia Comunitária e posterior apresentação de resultados, de acordo com o previsto no Plano Estadual de Segurança Pública.

Fato é que, das Bases de Polícia Comunitária em fase de implementação na capital do Tocantins, apenas a da Aurenny III, pelo envolvimento da comunidade, tem surtido os efeitos esperados, atingindo reduções claras nos índices de violência e criminalidade em

50%, o que é um fato animador; entretanto, nas demais bases não houve mudanças significativas, mesmo decorrido este tempo.

As bases foram implantadas em dois dos casos em prédios próprios adaptados às necessidades do policiamento, sendo que, uma, ainda está em fase de construção. Uma delas é fruto da ampliação de um Clube de Mães e a outra, está instalada numa feira coberta. Por estar em espaço público, instalações e por ser um ponto de referência para a comunidade, tem obtido resultados, porém sem tanta relevância.

O perfil dos conselheiros tem apresentado um dado interessante: na grande maioria são funcionários públicos, religiosos, comerciantes e políticos, o que de certa forma nos leva a compreender a morosidade para a implementação. Melhor dizendo, para a mobilização dos atores principais, o que, certamente, será a grande saída para a contenção dos índices de criminalidade e violência em Palmas, que é o efetivo Policiamento Comunitário, integrado, participativo, e solucionador de problemas em busca da cultura da paz.

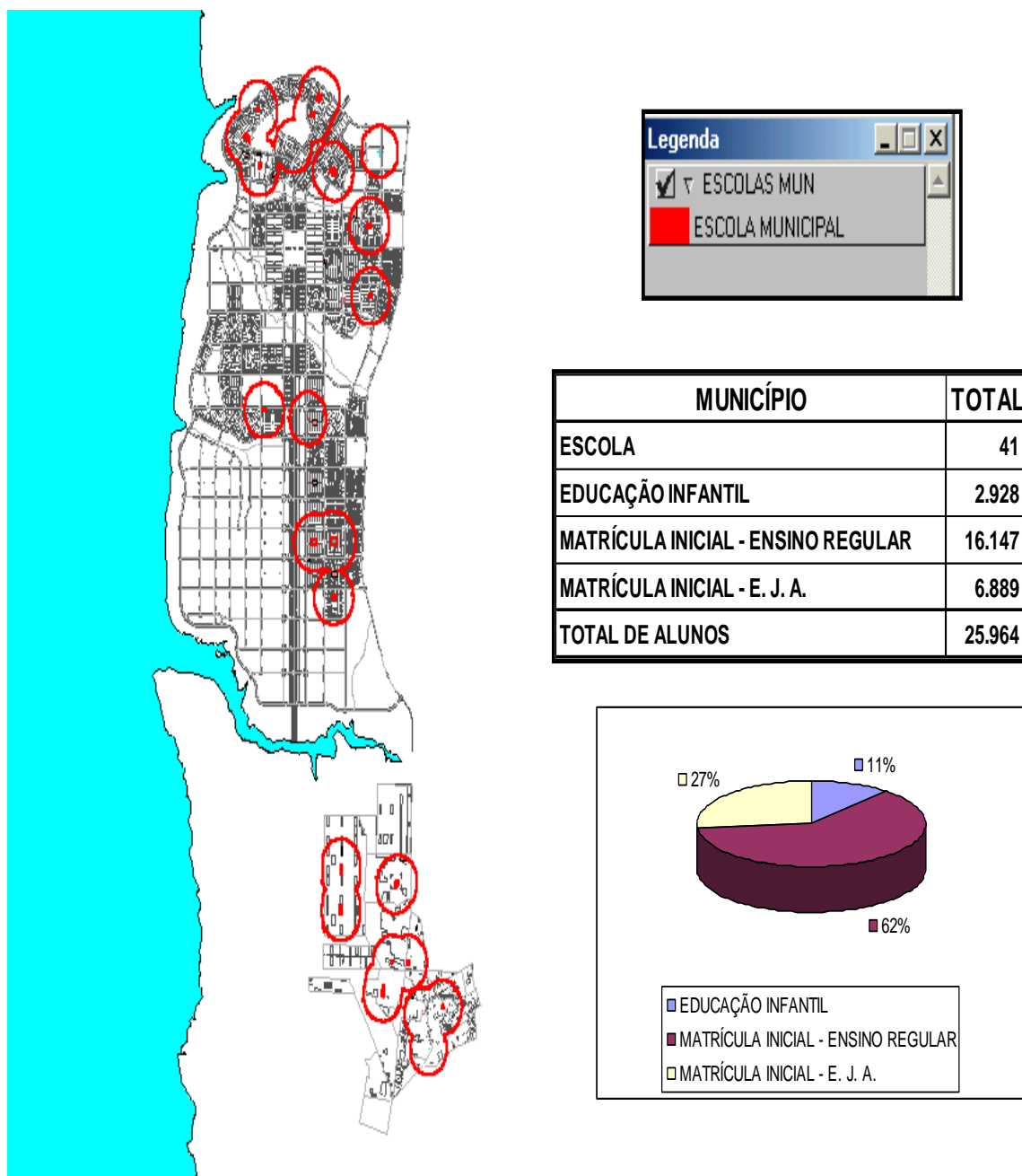
10 GEOREFERENCIAMENTO

Trabalhar com dados georeferenciados possibilita ter uma visão espacial do plano diretor de Palmas, da distribuição equilibrada dos equipamentos públicos entre as escolas, colégios e creches, das redes Estadual, Municipal e Particular, que integram o sistema de ensino da capital. Pode-se desse modo contemplar as necessidades de uma comunidade que acompanha ordenadamente o crescimento de Palmas, facilitando desta forma a consecução de projetos e ações por parte dos gestores públicos, fortalecidos pelo planejamento participativo e um plano plurianual calcado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na nossa linha de raciocínio, é justamente na distribuição equilibrada das unidades de ensino, que se fundamenta nossa proposta para a melhor eficiência na implementação do Policiamento Comunitário em nossa capital. Para tanto, precisa-se aliar as mobilizações já efetivadas no campo da cultura, lazer e desportos que utilizam as escolas, quando das demandas dos grandes eventos, que reúnem inúmeras pessoas em um só espaço. São exemplos os variados programas e projetos realizados pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e dos Esportes (SEDESP).

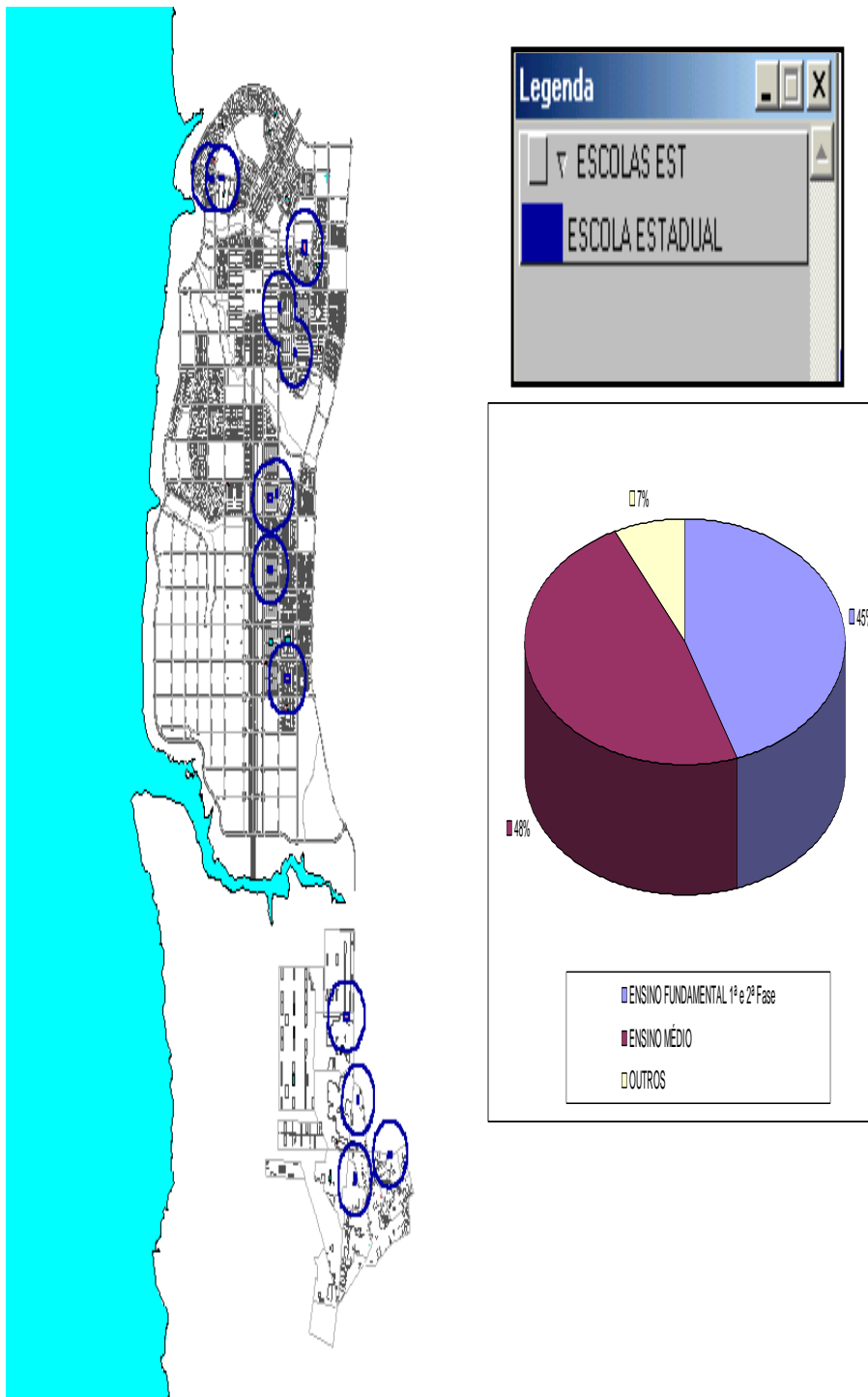
Nos gráficos abaixo, podemos verificar a distribuição dos equipamentos na Capital, denotando especial atenção com o benefício às comunidades escolares:

Gráfico 10



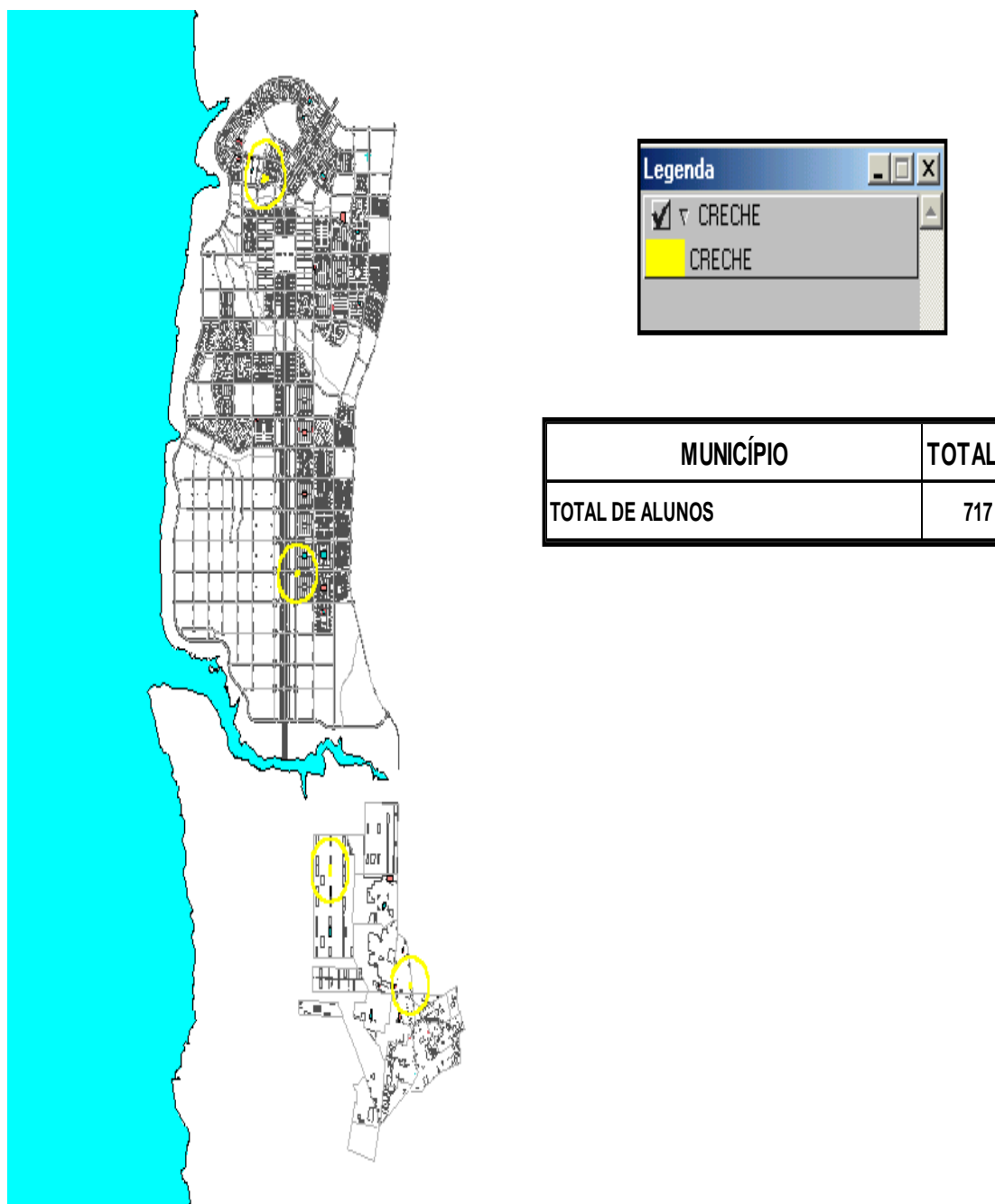
Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas/TO

Gráfico 11



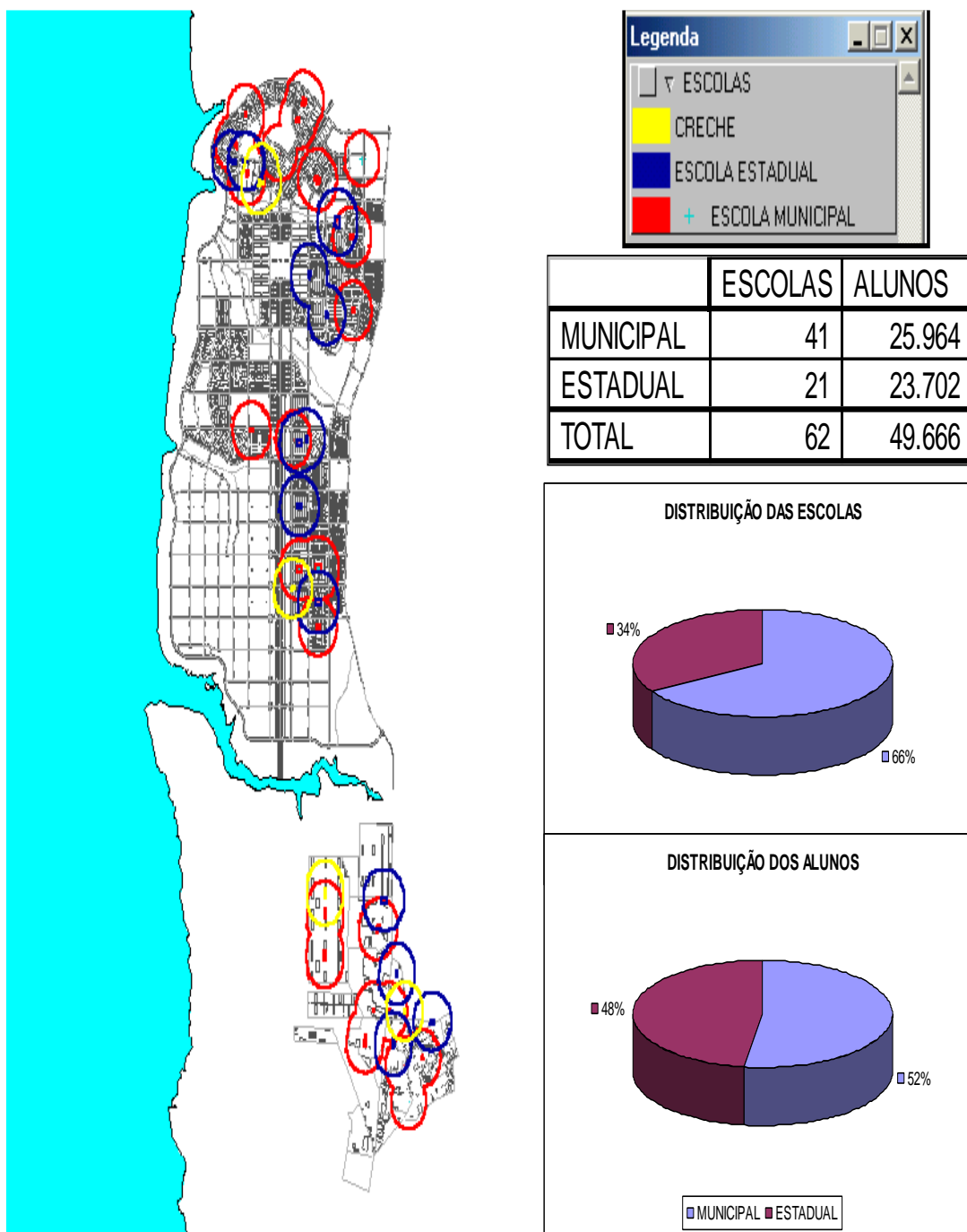
Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas/TO

Gráfico 12



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas/TO

Gráfico 13



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas/TO

11 PESQUISA

Comprovando a validade da nossa proposta, realizamos uma pesquisa de campo, que seguiu os seguintes parâmetros:

Tema: Avaliação da Polícia

Local: Palmas

Amostra: 500 pessoas

Tipo de amostra: por quotas de sexo, idade, escolaridade, localização geográfica e classe social

Entrevistados: cidadãos com mais de dezesseis anos

Margem de erro: 3 %

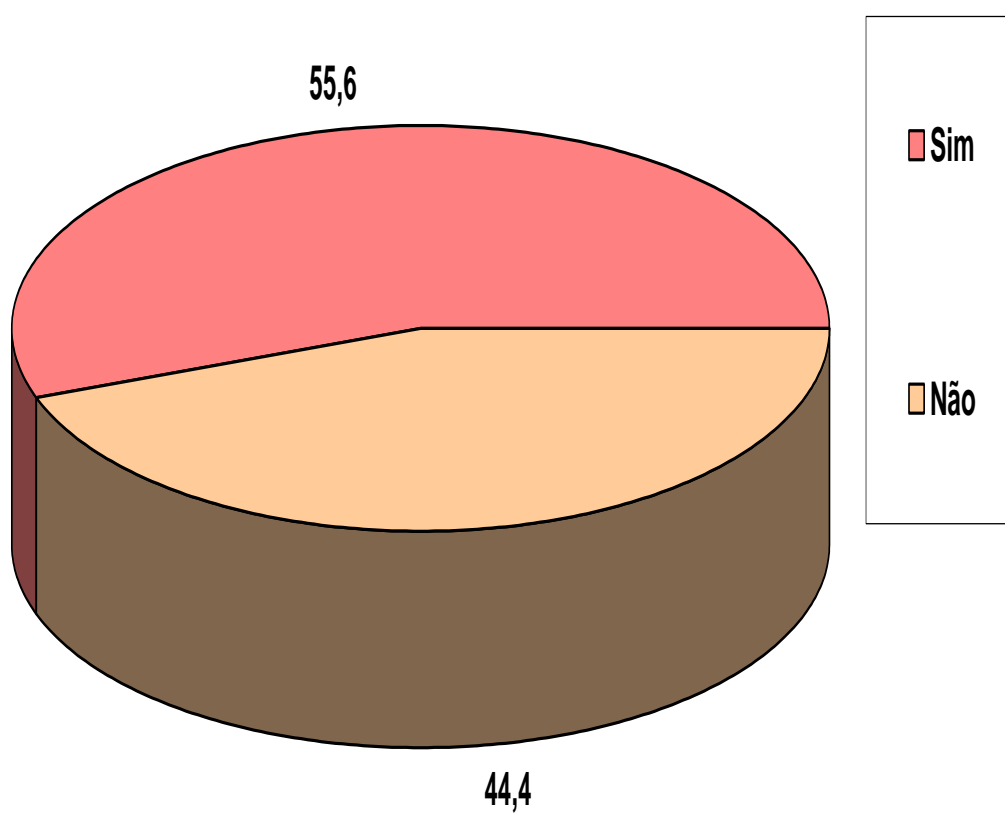
Data da realização da pesquisa: 26 e 27 de junho de 2003

Coleta de dados: em residências, unidades escolares e estabelecimentos comerciais

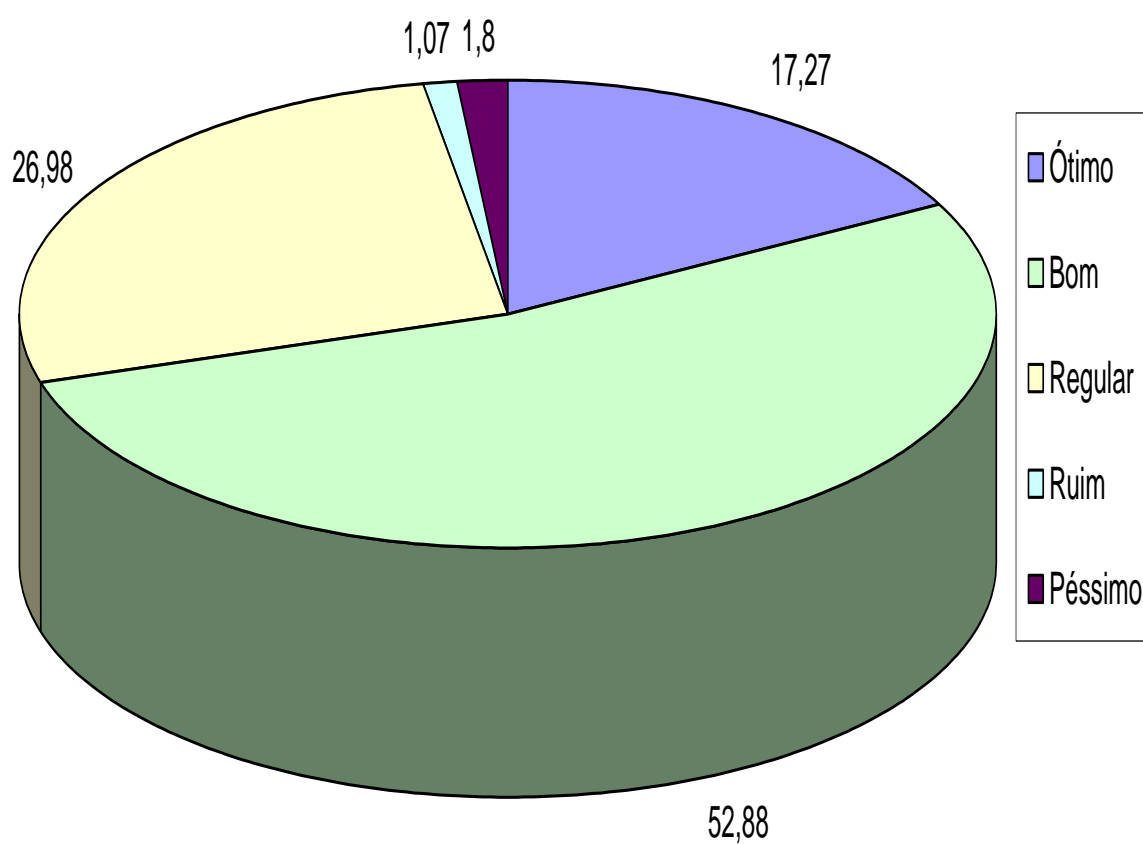
Total de perguntas: 18, sendo 6 espontâneas e 12 direcionadas

Fonte: Instituto GAUSS

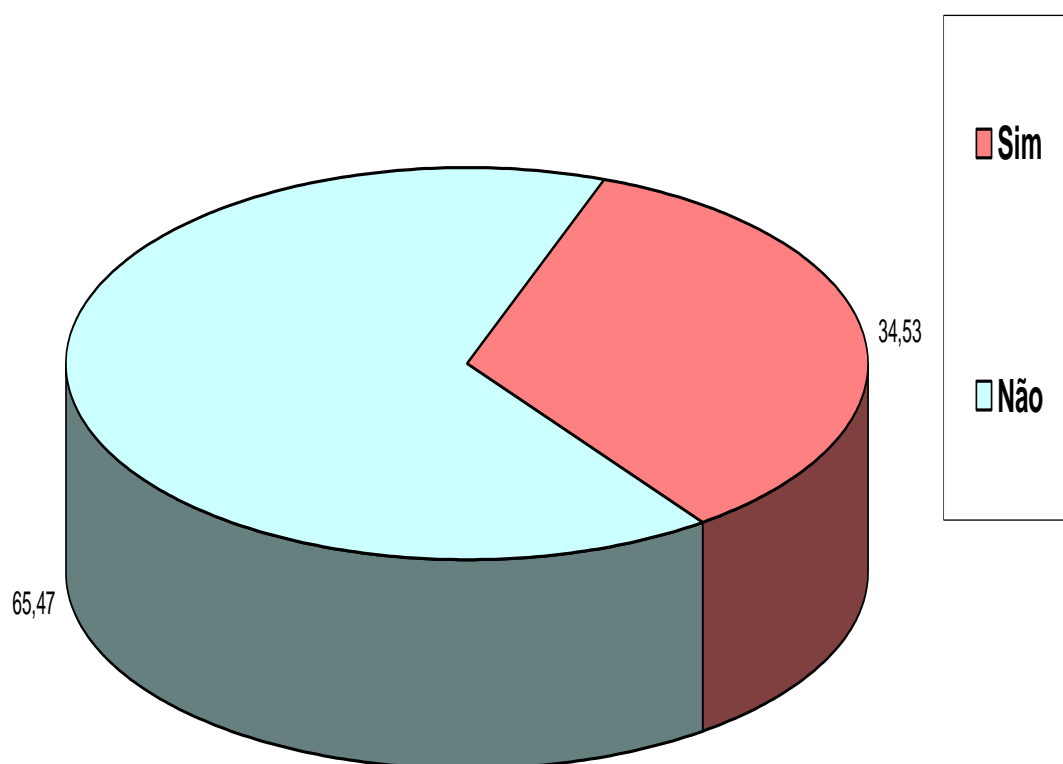
Pergunta 1: Na Polícia existe um programa chamado Polícia Comunitária. Você tem conhecimento desse programa?



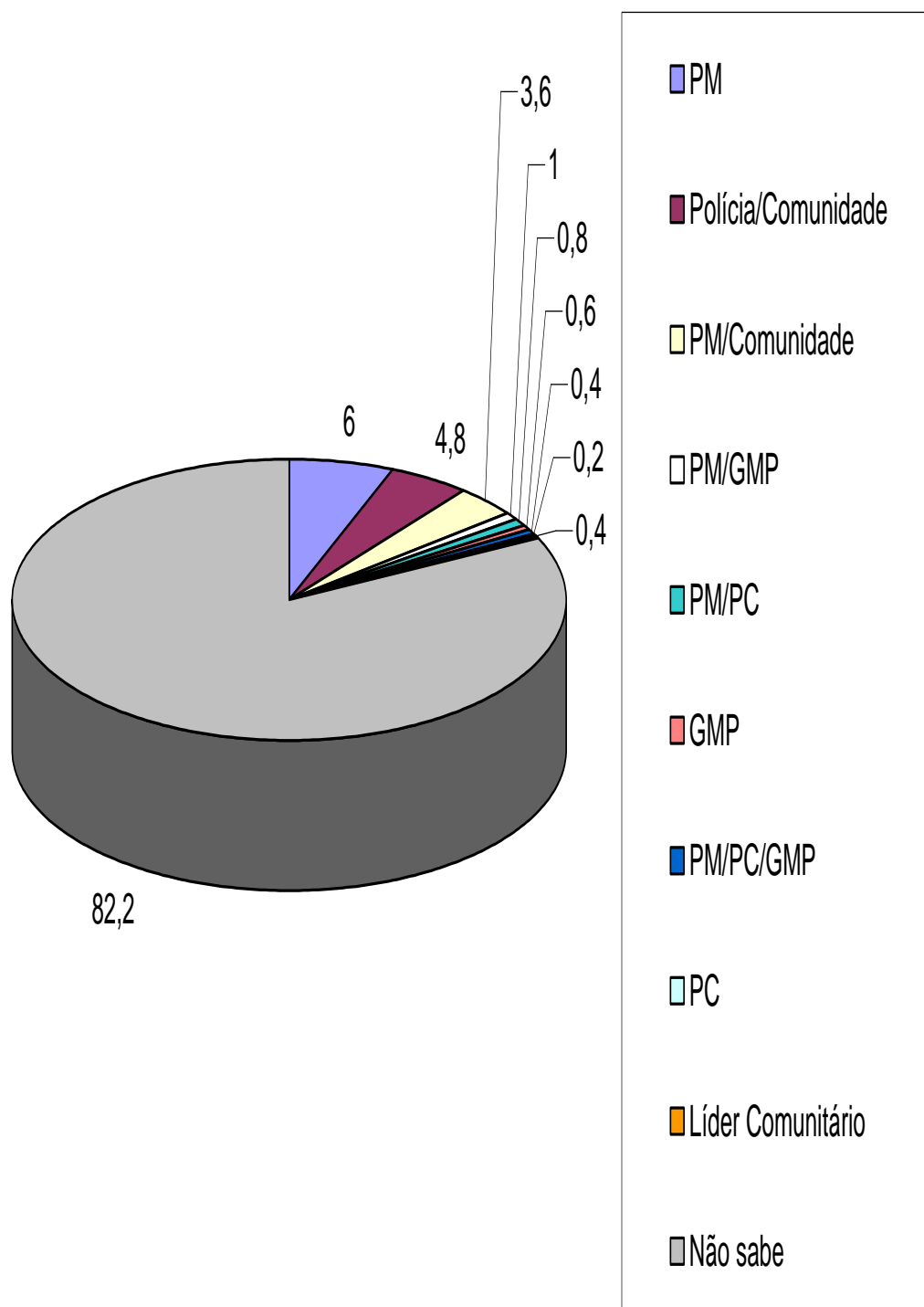
Pergunta 2: Se Sim, qual a avaliação você faz deste programa?



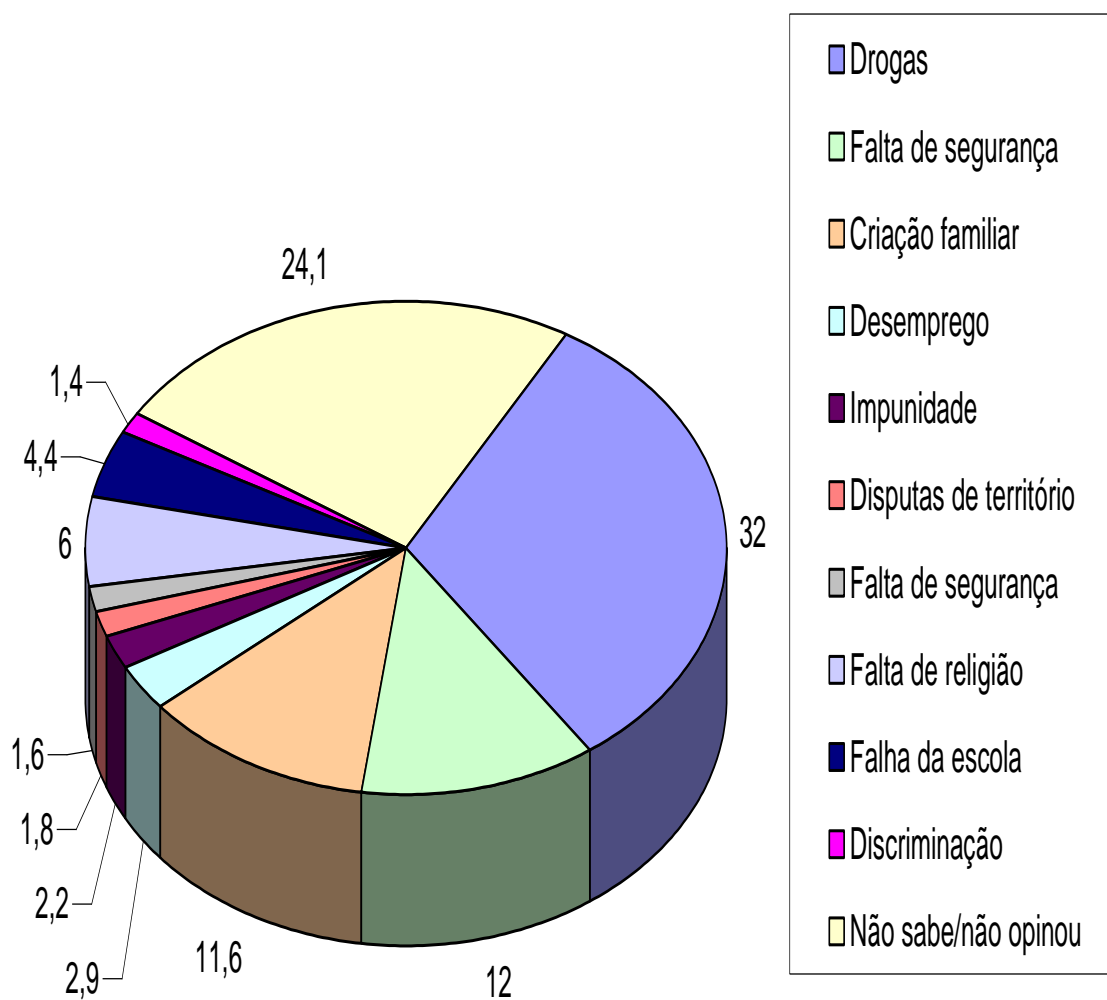
Pergunta 3: Se sim, você sabe como é desenvolvido o trabalho junto à comunidade?



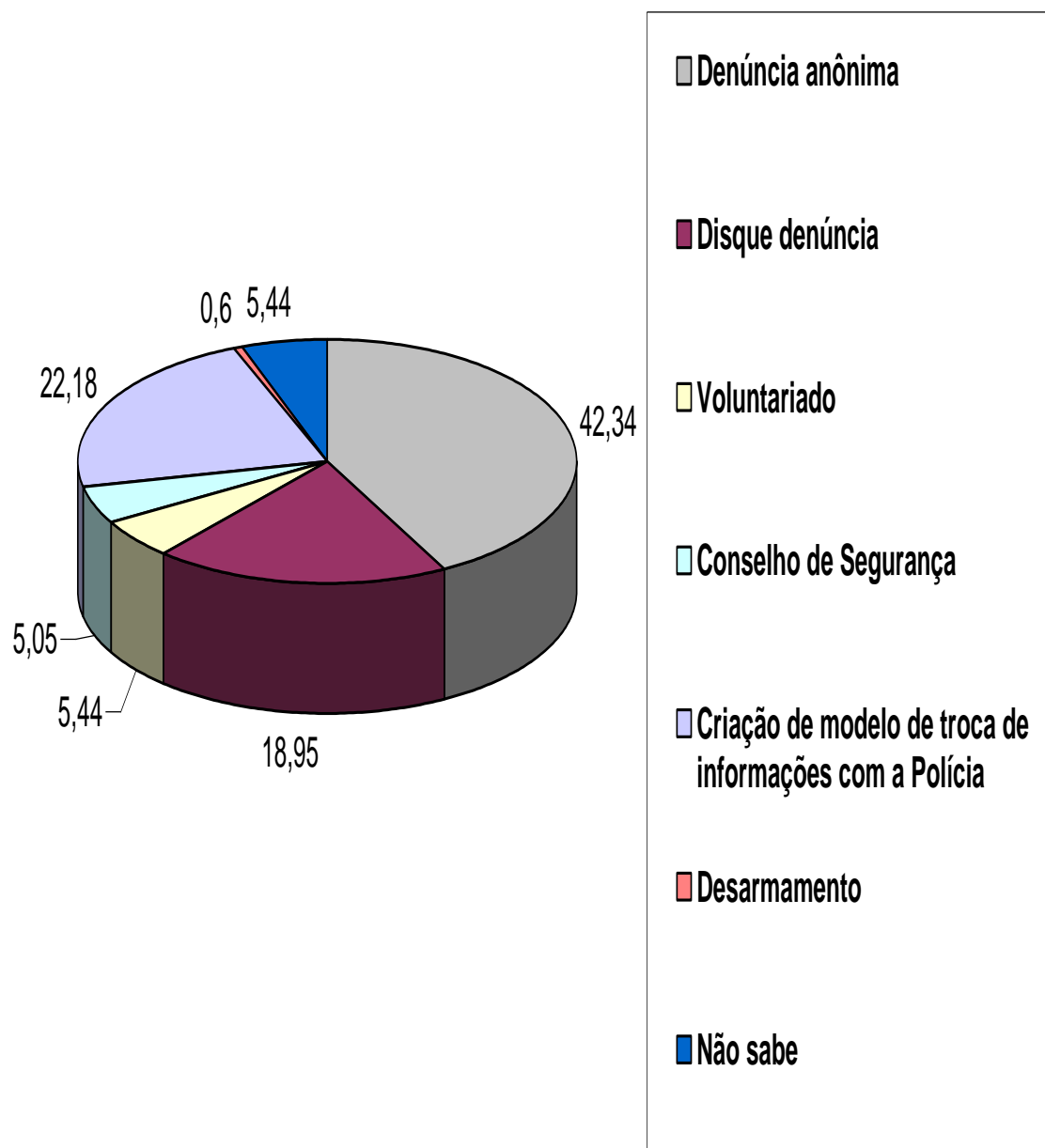
Pergunta 4: Quais são os participantes da Polícia Comunitária?



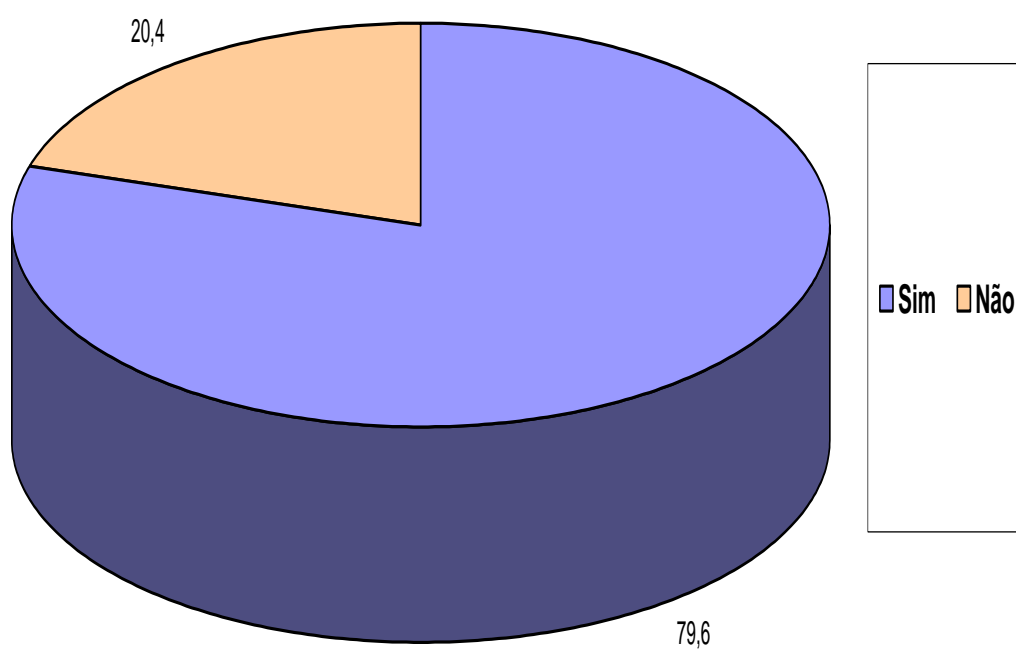
Pergunta 5: Na sua opinião, o que você acha que gera a violência e a criminalidade nas escolas?



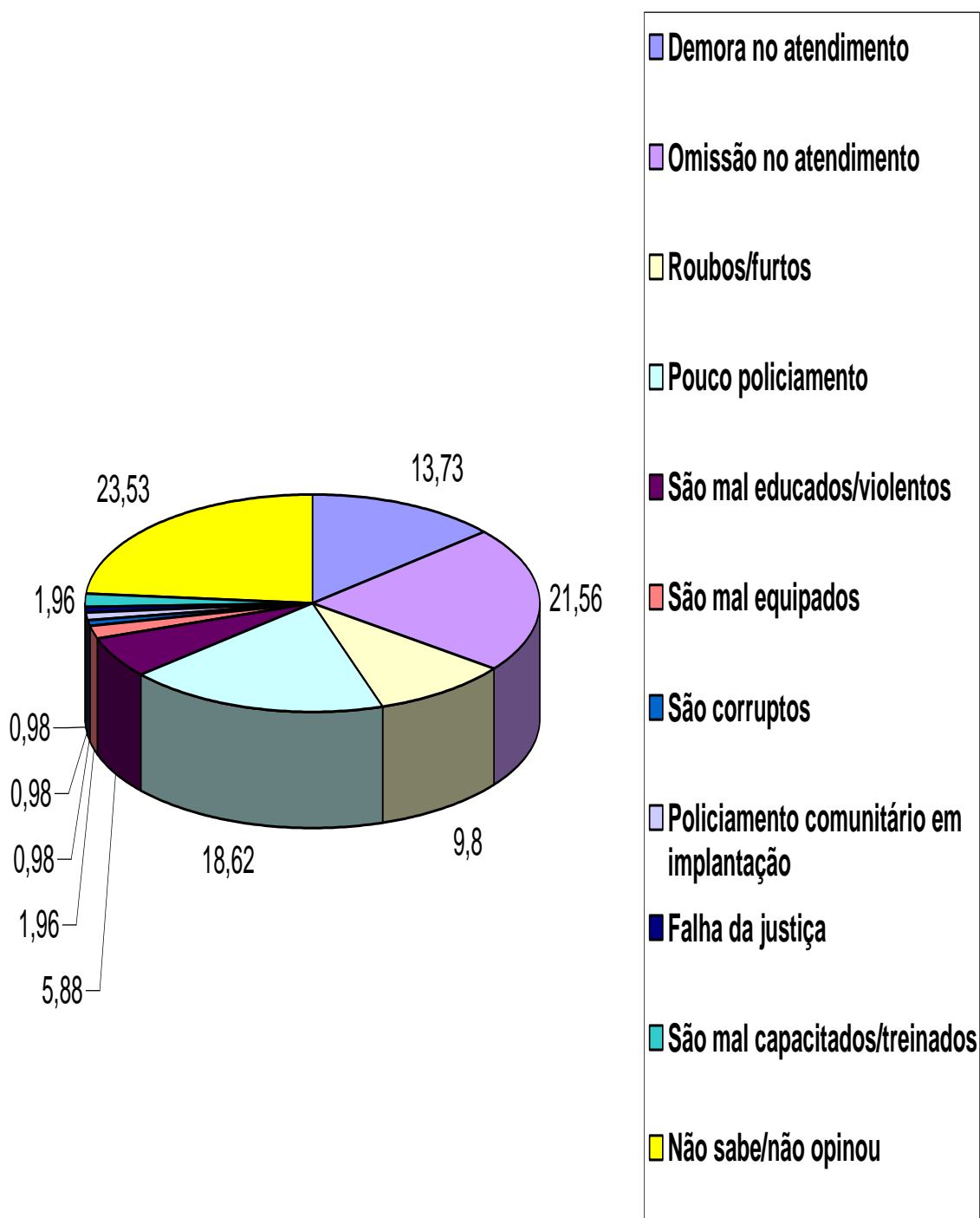
Pergunta 6: Na sua opinião, de que forma a sociedade deve ajudar a Polícia?



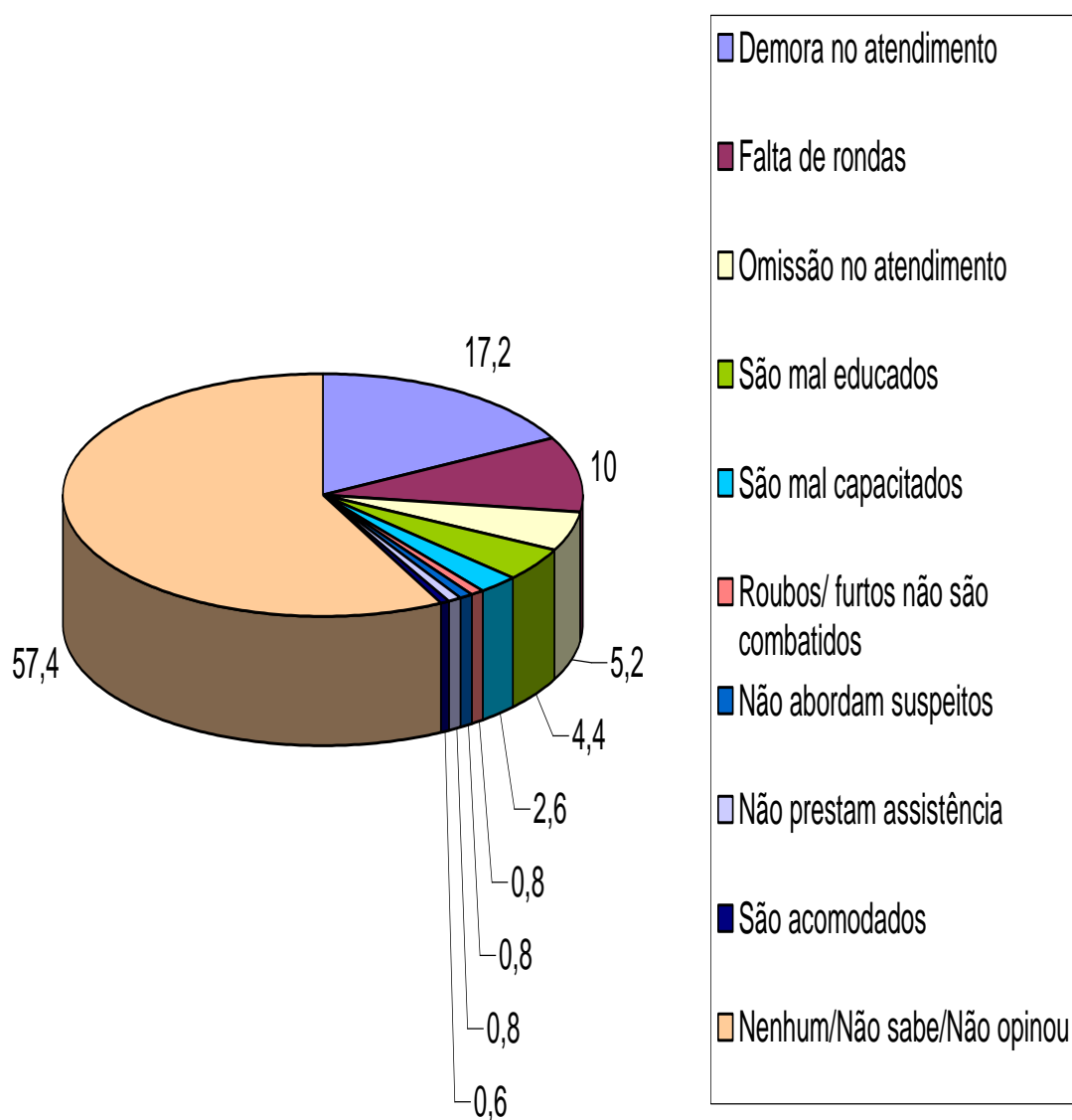
Pergunta 7: Para você, a Polícia tem realizado um bom trabalho?



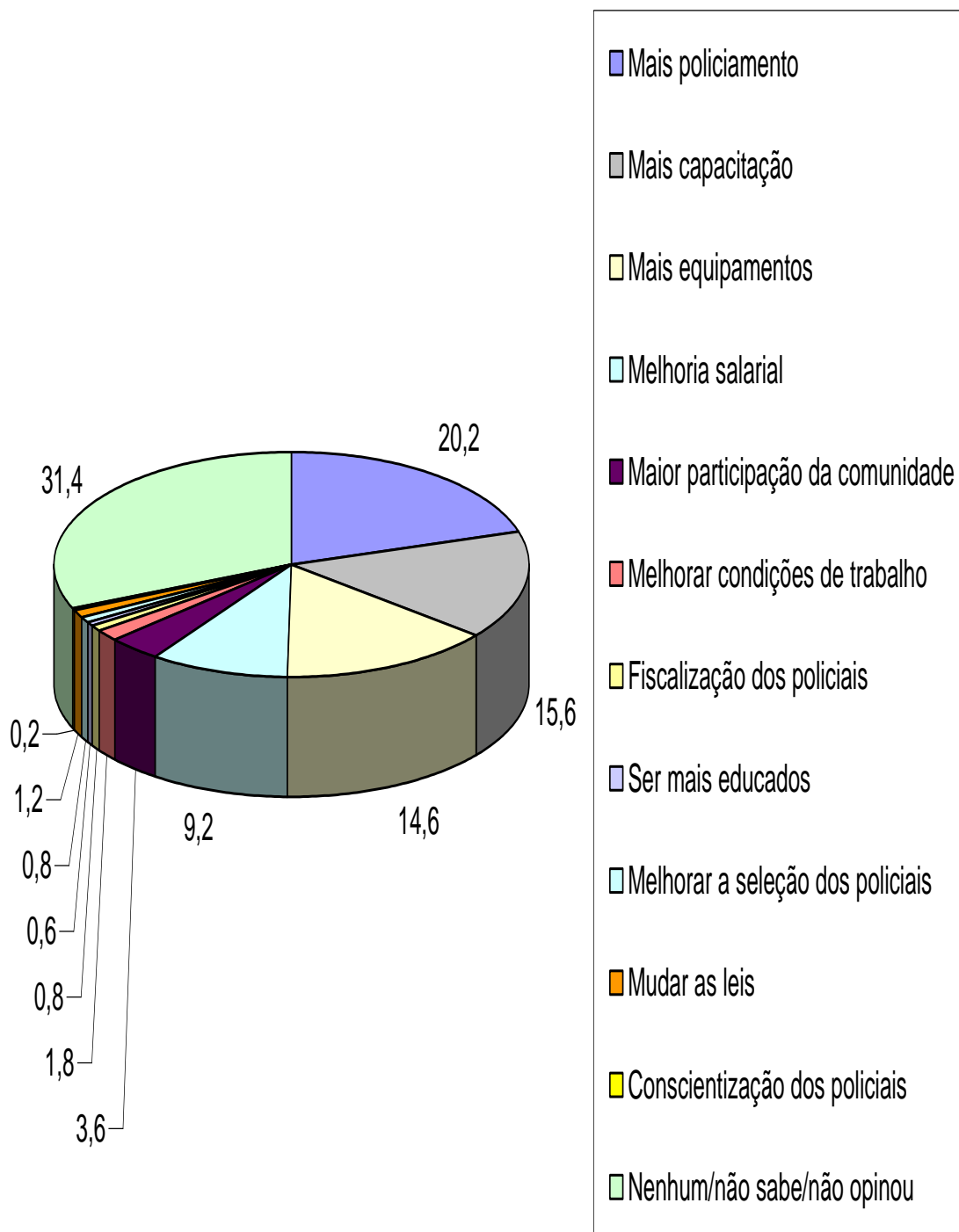
Pergunta 8: Se não, porquê?



Pergunta 9: Na sua opinião, qual a principal reclamação quanto ao serviço dos policiais do seu bairro / setor?

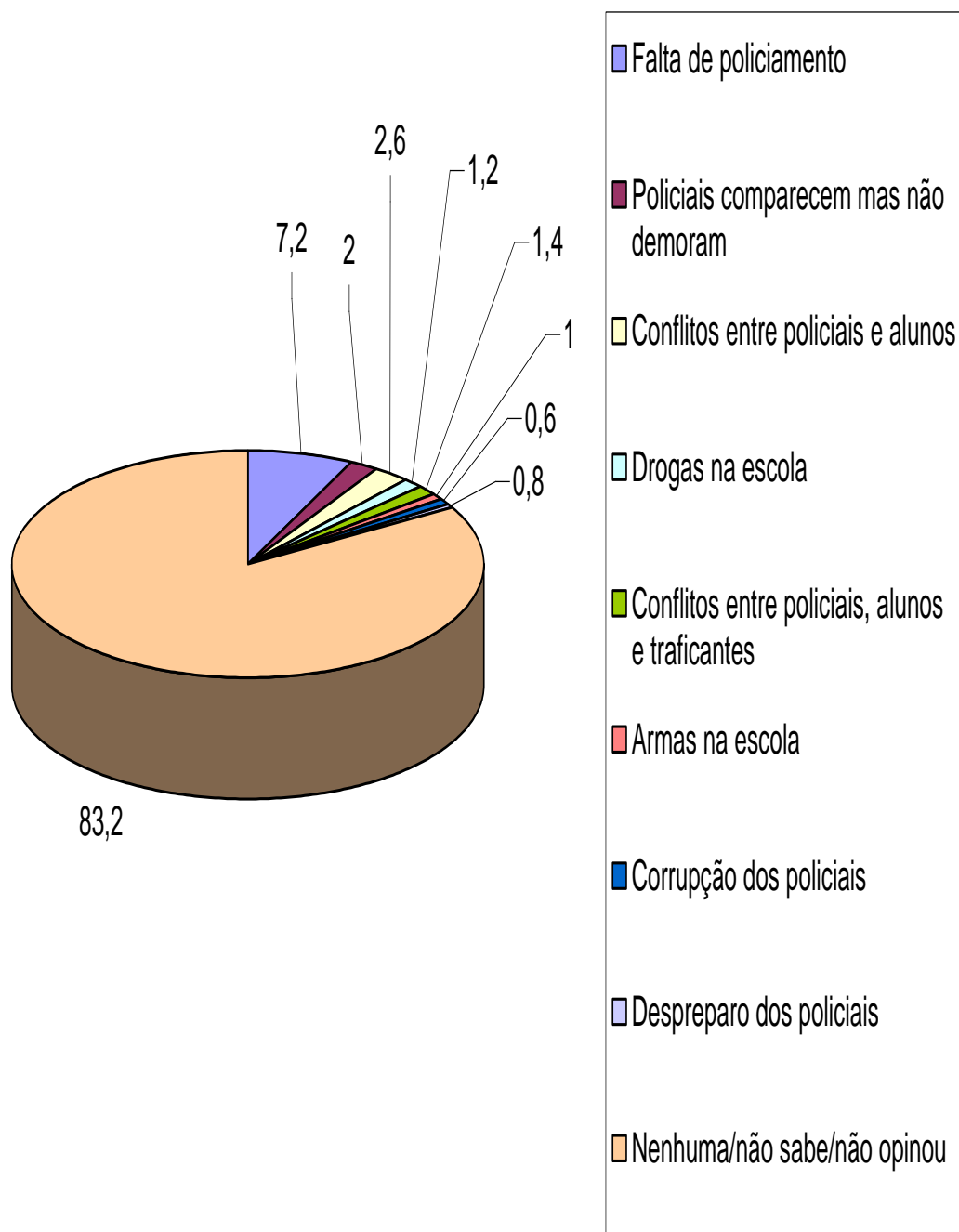


Pergunta 10: Na sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar o desempenho dos policiais?

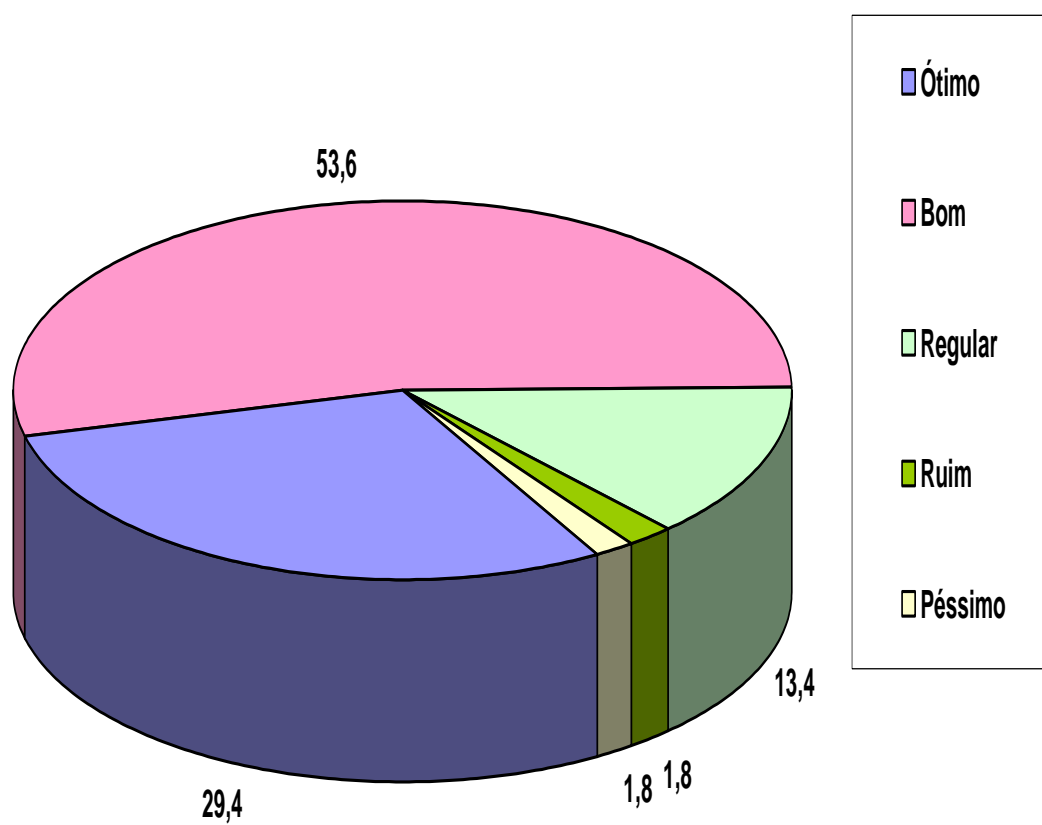


Fonte: Instituto Gauss

Pergunta 11: Na sua opinião, qual a maior preocupação quanto ao policiamento nas escolas?

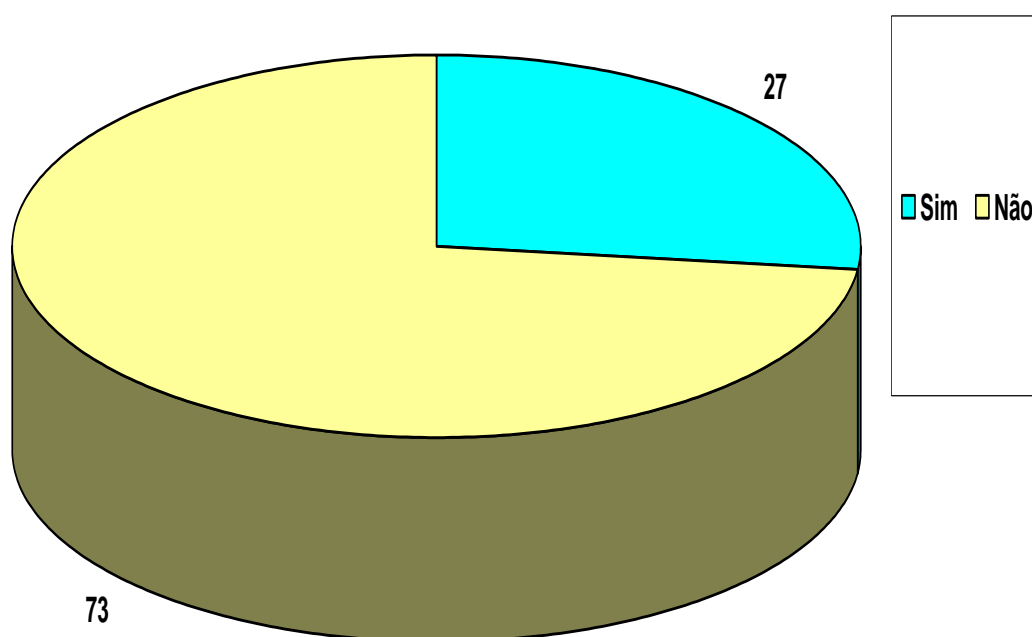


Pergunta 12: Como você vê a presença dos policiais nas escolas?

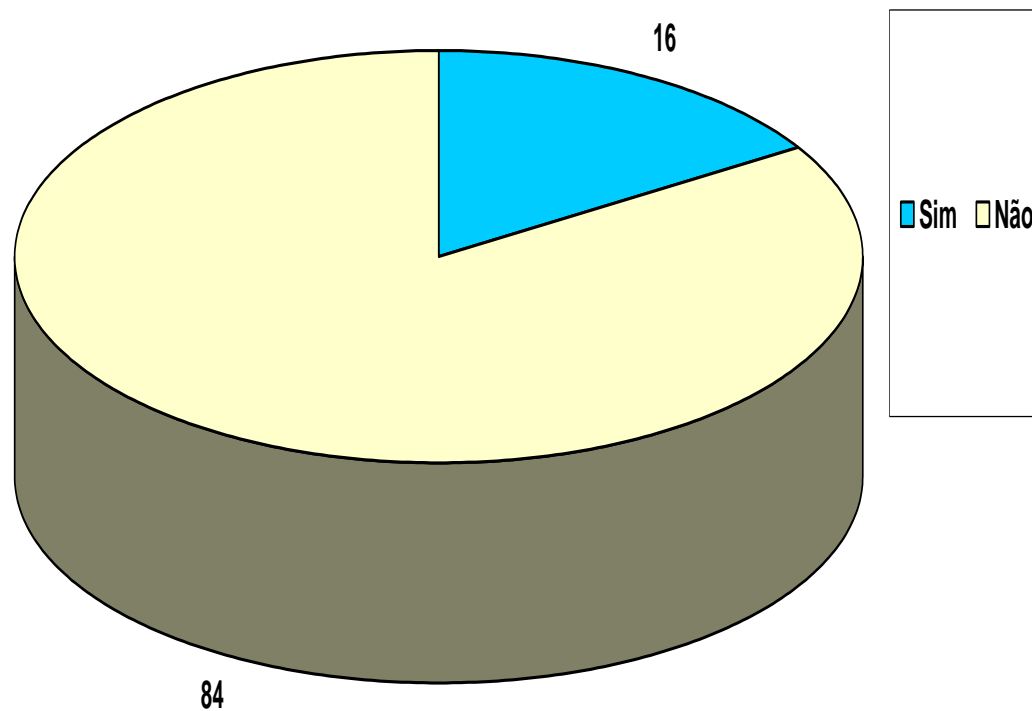


Fonte: Instituto Gauss

Pergunta 13: Você conhece o PROERD(Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência nas Escolas)?

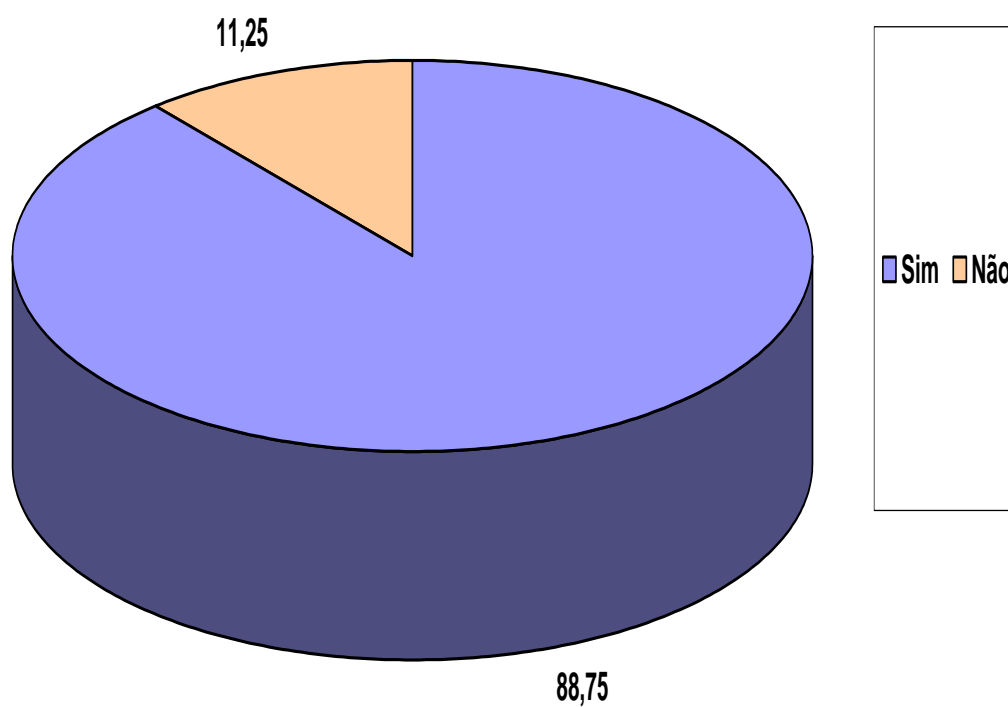


Pergunta 14: Você conhece o Programa Guardião Escolar?

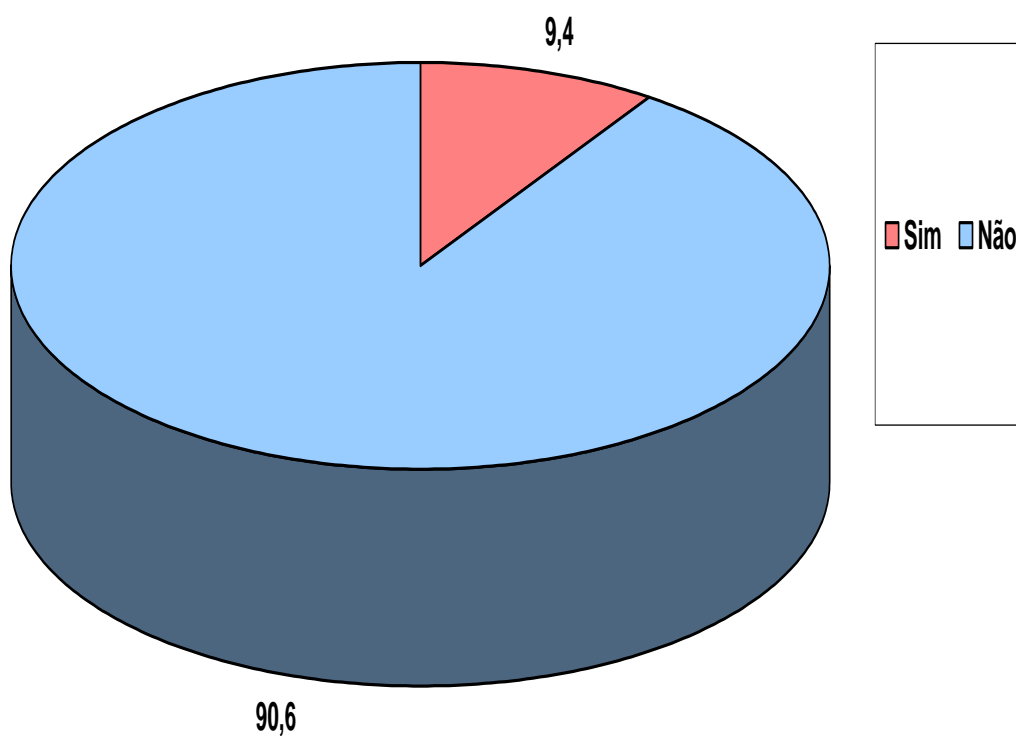


Fonte: Instituto Gauss

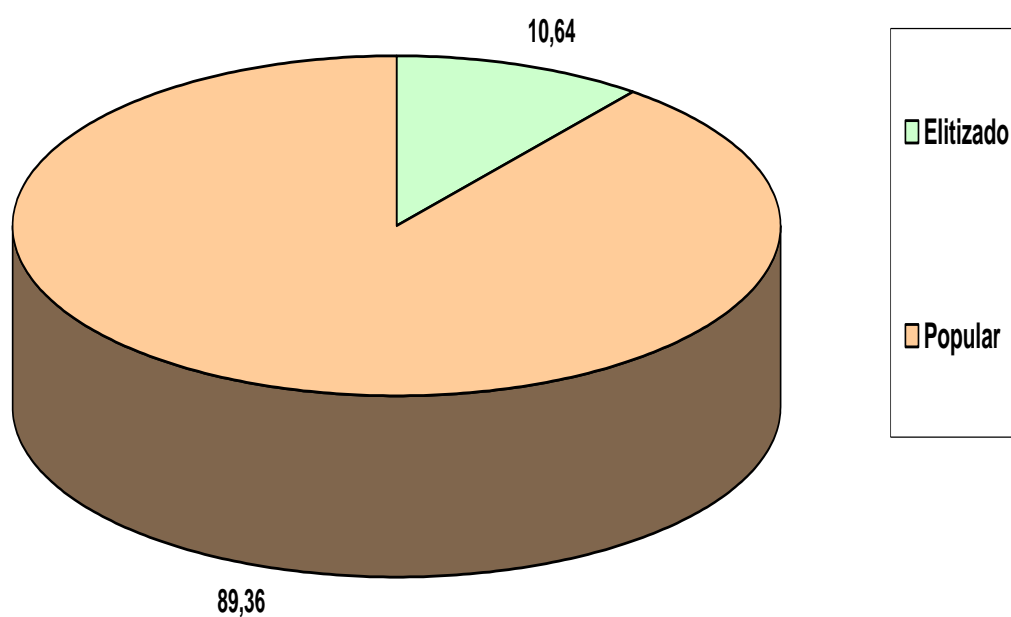
Pergunta 15: Se sim, você acha que contribui para o combate à violência e à criminalidade nas escolas?



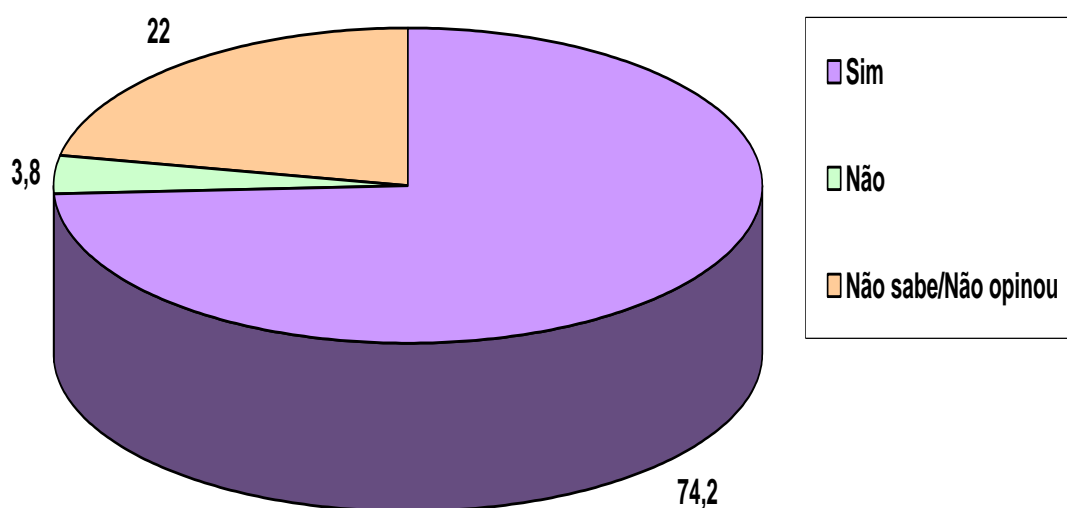
Pergunta 16: Você conhece algum CONSEG(Conselho de Segurança) do seu bairro?



Pergunta 17: Se Sim, para você a gestão do CONSEG(Conselho de Segurança) do seu bairro é:



Pergunta 18: Na sua opinião, a criação do CONSEG(Conselho de Segurança) dentro da escola atrairia uma maior participação da comunidade?



12 INTERPRETAÇÃO DA PESQUISA

Pelas informações dissecadas nos gráficos, podemos aferir conforme se segue.

1. Decorridos alguns anos de implantação da filosofia, e contínuos esforços, ainda é necessário massificar a informação e o empenho, para que a comunidade conheça e possa aderir ao projeto.
2. O projeto de polícia comunitária tem aprovação da comunidade.
3. Grande parte da comunidade desconhece os termos da filosofia de polícia comunitária.
4. O público não tem idéia de quem são os participantes do projeto e nem sabem que necessitam participar efetivamente.
5. São alvos da preocupação da comunidade as drogas, a ausência ou insuficiência do policiamento, o desemprego que aumenta, a impunidade dos infratores, as disputas territoriais entre alunos e infratores, as falhas da escola em cumprir seu papel como formador do caráter e da personalidade do aluno, e a discriminação que ainda existe fortemente na unidades escolares.
6. A comunidade conhece as alternativas existentes para colaborar com a polícia na resolução das situações.
7. A grande maioria concorda que a polícia tem realizado um bom trabalho, no entanto, não há nada a comemorar, diante dos progressivos desafios.
8. A comunidade aponta as principais deficiências das polícias, sendo as mais graves a demora e ou a omissão no

atendimento, pois sempre que o cidadão solicita a presença da viatura, é por necessidade.

9. A comunidade conhece também algumas alternativas para a resolução dos conflitos sociais.
10. A maioria da população palmense acha que a polícia oferece um bom serviço à comunidade.
11. A minoria da população conhece os programas sociais desenvolvidos na rede escolar de Palmas, mas os que os conhecem, concordam que contribuem para o combate e controle da violência e da criminalidade.
12. A maioria esmagadora da comunidade desconhece a existência dos conselhos comunitários, o que não poderia ocorrer, inclusive por já terem sido realizados seminários, palestras e atividades educativas.
13. Quem conhece os programas ou deles participa, verifica que a gestão é popular, no entanto, não é o que tem ocorrido na visão da Polícia Militar.
14. A grande maioria concorda que a instalação dos conselhos nas unidades de ensino fortaleceria o desenvolvimento da consciência coletiva e favoreceria a diminuição dos índices que tanto afligem a população.

CONCLUSÃO

Em nosso País, nem sempre é enfrentado o problema de segurança pública. Falha-se no aspecto de oferecer à sociedade condições reais para viver sem sobressaltos, que decorrem do temor até mesmo de ir à quitanda da esquina, ainda mais de se confiar à escola a educação das crianças e adolescentes. Agora que nos chegam constantes notícias de que ali, também, surgem focos de crimes e de violência gratuita, conforme podemos aferir nos gráficos apresentados.

Na capital tocantinense, tem sido possível controlar e mensurar onde estão ocorrendo os casos de violência e de que forma é necessário atuar. O georeferenciamento comprova que a distribuição das unidades escolares atende à demanda atual para os próximos anos. Políticas sociais consistentes têm sido implantadas com o fito de sociabilizar os atores do ensino e conduzi-los a caminhos que conduzem à cidadania e à formação de bons cidadãos responsáveis pelo futuro.

Os organismos de defesa social, notadamente a Polícia Militar, apresentam, através dos autores desta monografia, algumas propostas inovadoras no que se refere ao policiamento escolar. Estas propostas estão calcadas em avanços já alicerçados, mas que necessitam, ainda, de ajustes para funcionar eficientemente e alcançar seus fins, entre os quais o principal é de proporcionar à sociedade Lei e Ordem, como se segue.

1. Capacitação e Habilitação de Educadores, Pais, Policiais e Guardas Metropolitanos: quando aproveitaremos os profissionais que já atuam nos programas sociais da capital,

repassando e requalificando ensinamentos doutrinários, para que possam retornar às comunidades aptos a serem irradiadores do programa, englobando oficiais, praças, delegados e agentes de polícia civil, guardas, professores, diretores, colaboradores da educação e alunos.

2. Treinamento para as comunidades: com a sensibilização, mobilização, organização, qualificação e treinamento da comunidade influenciada pela escola (raio de 600 metros).
3. Padronização do espaço físico cedido pela unidade escolar e destinado à organização comunitária.
4. Elaboração e distribuição de livros e materiais relacionados à doutrina de policiamento comunitário, para a comunidade escolar e circunvizinha.
5. Campanhas educativas para pais, alunos e colaboradores.
6. Produção de vídeos educativos e institucionais dos Conselhos Comunitários.
7. Programas de avaliação e divulgação dos resultados obtidos, entre os quais o nível de mudança comportamental da comunidade escolar, do ensino doutrinário e da participação das lideranças comunitárias nos assuntos prioritários.
8. Treinamento específico para os policiais envolvidos no policiamento escolar.
9. Colaboração de pais e parentes de alunos na conservação física do estabelecimento, limpando pichações, pintando, consertando móveis quebrados, atividades que podem ser facilmente elaboradas e desenvolvidas com a direção do Conselho Comunitário.

10. Elaboração de um código disciplinar interno, onde se estabeleçam claramente quais as punições permitidas ou não, de acordo com a gravidade da infração; os alunos devem ouvidos quando da elaboração das normas, seguindo as orientações da direção da unidade.
11. Mapeamento prévio dos problemas específicos de violência nas escolas, pois estes variam de um estabelecimento para outro, o que tem sido feito, no entanto sem a preocupação de focar a necessidade de implementar o policiamento.
12. Apoio pedagógico aos alunos "em risco", evitando que eles abandonem os estudos. Alunos envolvidos com drogas, gangues ou alunos violentos não devem ser simplesmente expulsos da escola, aumentando suas chances de marginalização.

É difícil afirmar se implementar a filosofia de polícia comunitária com as vivências sociais existentes, quando se pretende formar conselhos comunitários de segurança dentro das escolas. Esses conselhos seriam a solução para o controle e a redução dos índices de violência urbana. Certamente que seria, também, um fator preponderante na contenção e diminuição das incidências de criminalidade nas instituições de ensino e em suas áreas de influência.

Podemos afirmar que a implementação da filosofia de polícia comunitária, a partir do policiamento escolar, ajudará, em muito, a diminuir o contemporâneo e grave problema de Segurança Pública, talvez de maneira mais eficiente e eficaz que as já conhecidas medidas repressivas. Apesar de ser específica, a contenção da

violência na escola poderá ajudar ao gerenciamento da criminalidade existente na sociedade.

ABREVIATURAS

ARNO... Área Residencial Noroeste

ARSE... Área Residencial Sudeste

ARSO... Área Residencial Sudoeste

ARNE... Área Residencial Nordeste

ACNO...Área Comercial Noroeste

ACNE...Área Comercial Nordeste

BPM.... Batalhão da Polícia Militar

CIPM... Companhia Independente da Polícia Militar

CCSP... Célula Comunitária de Segurança Pública

CONSEG...Conselho de Segurança

GMP... Guarda Metropolitana de Palmas

GAUSS... Instituto de Pesquisa Gauss / Palmas

IBGE... Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PCTO... Polícia Civil do Tocantins

PROERD... Programa Educacional de Resistência às Drogas e à
Violência

PMTO... Polícia Militar do Tocantins

SECESP... Secretaria Municipal da Educação, Cultura e dos Esportes

SSP... Secretaria de Estado da Segurança Pública

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. Violência nas escolas. Brasília: Edições Unesco, 2002, 400 p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 2000.

CARVALHO, Ana; MIRANDA, Ricardo. Tá espalhando: números oficiais comprovam que a violência e o crime organizado estão em todas as partes do País. Isto É, ed. 1757, p. 24-30, jun / 2003.

COELHO, Maria Inês Zampolim. Osasco: geografia, violência e segurança pública. Osasco, SP: Fito, 2001, 115 p.

FERNANDES, João Antônio da Costa; COSTA, Júlio César. Polícia interativa: democratização e universalização da segurança pública. Vitória: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES, 1998. 98 p.

DIAS FILHO, Edmundo O. O vácuo do poder e o crime organizado: Brasil, início do século XXI. Goiânia: AB, 2002, 200 p.

FREIRE, Paulo. Política e educação: Coleção Questões da Nossa Época. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001, 119 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2000: resultados preliminares, discriminados por quadras. Palmas, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA GAUSS. Pesquisa relacionada à polícia. Palmas-TO: Gauss, 2002.

LUFT, Pedro Celso. Minidicionário Luft. 20. ed. São Paulo: Ática, 2000, 688 p.

MELLO, Guiomar Namó de. Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2002, 204 p.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SENASP. Plano Nacional de Segurança Pública. Brasília, Gráfica do Senado, 2001.

PAULINO, Wilson. Drogas: Série Jovem Hoje. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999, 61 p.

POSTERLI, Renato. Violência urbana: abordagem multifatorial da criminogênese. Belo Horizonte: Inédita, 2000, 108 p.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como começar. 2. ed. Trad. de CARAKUSHANSKY, Mina Seinfeld de - Rio de Janeiro/1994. São Paulo: Parma, 1999, 337 p.

VEIGA, Ilma Passos A.; SANTIAGO, Anna Rosa F.; BUSSMANN, Antônia C., et alii. Projeto político-pedagógico da escola. 14. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995, 192 p.

Anexo I

O PROERD no Tocantins

É aplicada uma lição por semana ao longo de um semestre letivo, direcionadas nos seguintes objetivos:



1. Introdução ao Programa



2. Compreendendo os efeitos das drogas que alteram o funcionamento da mente



3. Considerando as Conseqüências



4. Mudando as idéias sobre o uso de drogas



5. Maneiras de Dizer Não



6. Formando a Auto-Estima



7. Ser Seguro - Um estilo de resposta



8. Lidando com as tensões sem usar drogas



9. Reduzindo a Violência



10. Combatendo a influência dos meios de comunicação na violência e uso de drogas



11. Tomando decisões e assumindo riscos



12. Dizendo SIM para alternativas positivas



13. Modelos Positivos



14. Resistindo à violência e à pressão



15. Resumindo as lições PROERD



16. Tomando Uma Decisão



17. Formatura PROERD

Anexo II

PROGRAMA “GUARDIÃO ESCOLAR”

“Guarda Metropolitana envolvida, escola protegida”